



## MEMÓRIA DE PESQUISA

# 7 *Na adoção de um nome, a delimitação de um eixo intelectual: Esboço da concepção de memória no CMD* *(In the adoption of a name, the delimitation of an intellectual axis: Outline memory design in CMD)*

*Edson Farias<sup>1</sup>, Salete Nery<sup>2</sup> e Milene Silveira Gusmão<sup>3</sup>*

<sup>1</sup> Edson Farias é pesquisador do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Professor do PGSOL/UnB (Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília) e do PPG em Memória: Linguagem e Sociedade da UESB (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia). Líder do grupo de pesquisa Cultura, Memória e Desenvolvimento (CMD/UnB). Coordenador do Comitê de Pesquisa em Sociologia da Cultura da SBS. Membro do Comitê de Patrimônio e Cultura Brasileiro da ANPOCS. Editor da revista Arquivos do CMD. Email: nilosed@gmail.com. ORCID: 000-0002-9406-3269.

<sup>2</sup> Possui doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (2009). Possui pós-doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (2017). É professora associada da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). É credenciada como docente permanente junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e ao Programa de Pós-Graduação em Me-

mória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). É líder do Grupo de Pesquisa Corpo, Socialização e Expressões Culturais (ECCOS/UFRB) e pesquisadora do Grupo Cultura, Memória e Desenvolvimento (CMD/UnB). É membro do comitê editorial da revista Arquivos do CMD. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia da Cultura e Teoria Social, atuando principalmente nos seguintes temas: economia simbólica, consumo, cultura. Email: saletenery@uol.com.br. ORCID: 0000-0002-7723-2243.

<sup>3</sup> Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia. Professora Titular do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Docente do quadro permanente do Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS) e do Bacharelado em Cinema e Audiovisual. Email: milene.gusmao@uesb.edu.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6170-9326.

**Resumo** – Escrito em observância a critérios biográficos e memorialistas, quando faz um retorno à situação na qual se deu a troca da denominação em que se fixou o atual nome do grupo, a proposta deste texto consiste em articular o diálogo entabulado com a obra eliasiana na definição do eixo-matriz da problematização sobre o qual se estabeleceram e se desdobraram exames de temáticas que firmaram as silhuetas dos interesses de pesquisa, estudos e reflexão do CMD. E no mesmo mesmo encaminhamento analítico, argumenta-se sobre o quanto a aplicação na execução sempre atualizada desses exames, legou um padrão operacional que, ao priorizar o acompanhamento de trajetórias sociobiográficas, como recurso de vigilância epistemológica, requisita a reflexividade da trajetória do/a próprio/a pesquisador/a.

**Palavras-chaves:** Troca de nomes; obra de Norbert Elias; memória; esfera cultural contemporânea; dinâmicas históricas de longa duração; CMD.

**Abstract** – Written in compliance with biographical and memoiristic criteria, when it returns to the situation in which the denomination in which the group's current name was changed was changed, the proposal of this text consists of articulating the dialogue established with Elias's work in defining the matrix axis of problematization on which examinations of themes that established the silhouettes of the research interests, studies and reflection of the CMD were established and unfolded. And in the same analytical direction, it is argued how the application in the always up-to-date execution of these exams, has bequeathed an operational standard that, by prioritizing the monitoring of sociobiographical trajectories, as a resource for epistemological surveillance, requires the reflexivity of the trajectory of the individual researcher himself.

**Keywords:** Name change; work by Norbert Elias; memory; contemporary cultural sphere; long-term historical dynamics; CMD.

<sup>4</sup> Atualmente há membros do CMD nas seguintes instituições: Universidade de Brasília, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Universidade Federal da Bahia, Universidade Católica de Goiás, Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Universidade Federal de Alagoas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Universidade do Distrito Federal, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Universidade de São Paulo, Universidade Estadual de Campinas e Instituto Federal de Brasília.

<sup>5</sup> Em termos organizacionais, o CMD está distribuído entre as posições de líderes, pesquisadores e estudantes. Administrativamente, as deliberações estão a cargo de um Conselho Gestor – do qual fazem parte os líderes, membros mais antigos do grupo e editores/as da revista Arquivos do CMD –, o qual atua em permanente consulta ao pleno dos/as integrantes do grupo.

Em uma versão preliminar, sob a denominação de “Festas e Tradições Contemporâneas”, deu-se origem ao Grupo de Pesquisa Cultura Memória e Desenvolvimento (CMD), em abril de 2002, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA). À época, dessa primeira versão do referido grupo, então liderado pelo professor Milton Moura, faziam parte alguns alunos do curso de Ciências Sociais da mesma instituição. No mesmo ano, também na UFBA, optou-se pelo atual nome – mais adiante, voltaremos à justificativa para a troca de denominação. Já em 2003, o CMD estabeleceu parceria com o Programa de Extensão Janela Indiscreta da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); parceria que, ao longo destas duas décadas, manifestou-se decisiva como respaldo institucional e permitiu a abertura a interlocuções com implicações inquestionáveis nos rumos tomados pela pesquisa e reflexão no grupo. Em 2006, o CMD se estabeleceu no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília, ao qual se mantém vinculado e lhe facultou recrutamentos com repercussões relacionadas não só à renovação do seu quadro de pesquisadores como também à ampliação diversificada do leque dos objetos de conhecimento abordados.

Ao longo dos últimos 20 anos, à contrapartida da expansão das bases institucionais internas ao sistema público universitário, o CMD se definiu como uma rede de

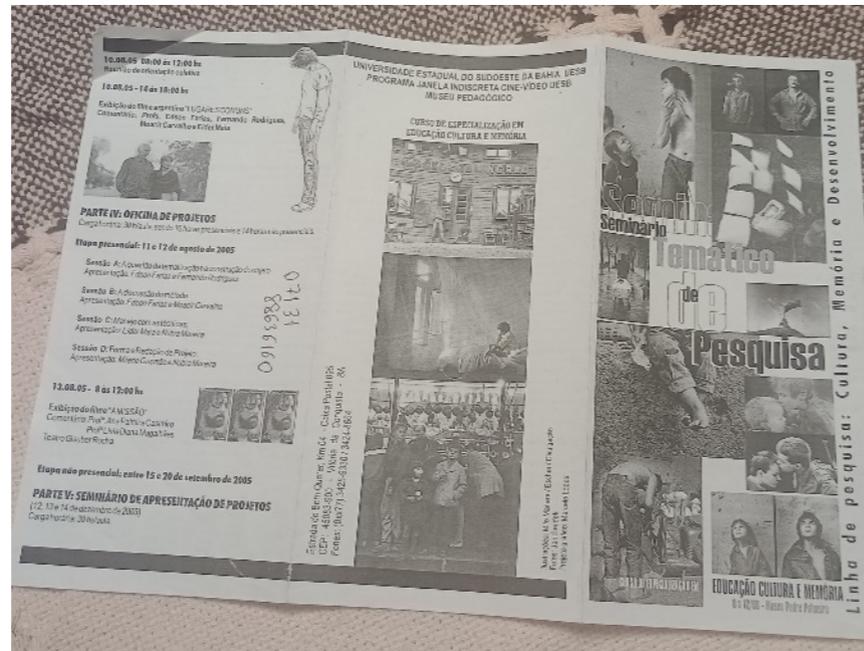
pesquisadores/as representativos/as de 13 instituições de ensino superior e de institutos de ensino e de pesquisa<sup>4</sup>, estando presente em três regiões geopolíticas do país. São, ao todo, 31 participantes – entre pesquisadores/as e estudantes<sup>5</sup>. Participando da interiorização do sistema de pós-graduação no Brasil (Fonseca, 2008), também, ao longo deste mesmo período, fez parte do núcleo docente que concebeu e estruturou o Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da UESB. Mantém-se como parte desse programa, compondo a linha de pesquisa Memória, Discursos e Narrativas<sup>6</sup>. Neste mesmo compasso, o grupo participou da constituição de congêneres – GEPPRAC (PUC-SP), GECCA (UFC), Cinema e audiovisual: memória e processos de formação cultural (UESB) e o Grupo de Pesquisa Corpo, Socialização e Expressões Culturais (ECCOS/UFRB) –, com os quais hoje contracenam na realização de eventos, execução de projetos conjuntos, publicações e outras atividades.

Anualmente, desde 2002, o CMD realiza o seu seminário interno de pesquisa itinerante, tendo já sido alocado em oito diferentes universidades, às quais estão localizadas respectivamente nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Sudeste – ver Imagem 01 a 02. Os seminários são integrados por membros do grupo e convidados/as nacionais e estrangeiros/as<sup>7</sup>.



6 Como integrante do PPG-MLS, o CMD tem contribuído no desenvolvimento de atividades com repercussão no processo de formação de quadros para a docência e a pesquisa, bem como nos intercâmbios entre programas de pós-graduação. São emblemáticos os dois seguintes exemplos: compôs o convênio firmado, em 2016, entre a Universidade do Sudoeste da Bahia e o Instituto de Educação e Tecnologia do Maranhão (IFMA), para realização do Mestrado Acadêmico Interinstitucional em Memória, Linguagem e Sociedade. Igualmente, entre 2018 e 2023, tomou parte na concepção e execução do Programa de Cooperação Acadêmica na Amazônia (PROCAD/AM) “Memória, patrimônio e linguagem no contexto maranhense”. Proposta realizada pela parceria entre o Mestrado Interdisciplinar em Cultura e Sociedade (PGCult/UFMA); o Programa de Pós-Graduação Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS/UESB); e o Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGLEtras/UEMA) (Feitosa, Gusmão e Farias, 2021, p. 131-155).

Imagem 01



Cartaz do II Seminário do CMD

Imagem 02



Cartaz do XXVI Seminário do CMD

Ainda, o encontro quinzenal de exposição de trabalhos e debates Ofício do Ócio – ver Imagem 04 – compõe as atividades realizadas pelo CMD, agregando contribuições internas e também de pesquisadores/as que lhe são externos. Nessas ocasiões de interlocução, o tratamento experimental conferido aos temas abordados, serve ao propósito de fomentar o exercício colaborativo entre os/as pesquisadores/as, estendendo-se da concepção ao momento mesmo de

7 Desde o seu início e, sobretudo, à medida que se tornou uma rede de pesquisadores espalhada por instituições e regiões diferentes do país, a formulação de ideias, a divulgação e o debate estiveram postos em mútua correlação, os seminários voltados à apresentação de trabalhos dos membros do grupo e também de convidados/as tiveram papel crucial na formação e montagem do CMD. A fixação do formato definido pela alternância de conferências com mesas temáticas, fóruns, exposições e exibições de peças audiovisuais, se deu no compasso mesmo da consagração dos seminários anuais itinerantes como o principal ritual de encontro da comunidade do grupo. Com a deliberação por parte do Conselho Gestor do tema geral do seminário anual, é facultado a qualquer membro do CMD a elaboração e organização de uma atividade a ser realizada no evento, o qual se realiza em três dias consecutivos numa instituição escolhida no seminário do ano anterior.

8 Acessar: <https://periodicos.unb.br/index.php/CMD>

acabamento textual. Coube, ainda, ao CMD propor, organizar e promover o I Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Arte e Cultura nas Ciências Sociais – ver imagem 04 – (Farias, Fernandes e Couto, 2019).

Imagem 03



Cartaz do programa Ofício do Ócio

Um outro braço de visibilidade do grupo se fixou na divulgação científica científica. Editada bimestralmente desde 2013, a revista Arquivos do CMD vem se consolidando como um veículo de divulgação da produção científica na área das humanidades, em especial, voltadas para o binômio Arte/Cultura<sup>8</sup>

Imagem 04



Cartaz do Encontro Brasileiro de Pesquisadores/as em Arte e Cultura nas Ciências Sociais

Em sua maioria, os/as pesquisadores do CMD são integrantes de programas de pós-graduação em diferentes universidades brasileiras. Nesse sentido, a produção intelectual do grupo repercute na formação de novos quadros de docentes e pesquisadores/as. O grupo tem atuado, também, junto a órgãos públicos na formulação e execução de projetos que efetivam políticas públicas. Ilustrativo a esse respeito foi a participação do CMD no processo de pesquisa da instrução que subsidiou o reconhecimento do Complexo Cultural do Boi-Bumbá como patrimônio cultural do



9 Acessar: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4887>

Brasil pela Câmara de Conselheiros do Instituto Nacional do Patrimônio Histórico Cultural (IPHAN)<sup>9</sup>

Em termos do horizonte intelectual e de pesquisa, a proposta do CMD se desdobra no compasso da sedimentação dos estudos sociológicos da cultura no Brasil, em especial no que diz respeito às iniciativas de cognição da multifacialidade da chamada cultura popular de massas (Farias, Couto e Rodrigues, 2019). Isto, em razão do interesse no problema em torno da díade produção e circulação da cultura, por conta do funcionamento de circuitos mercantis de consumo de bens simbólicos. Nesse sentido, o grupo inscreve-se nos exercícios de cognição e objetivação socioantropológica da correlação entre simbolização e cultura histórica da modernidade.

Mas esta correlação é focalizada pelo fator-chave da memória, em que se torna afim à sua característica multimodal uma articulação epistemológica interdisciplinar (Farias, 2016, p. 112-155). Para os propósitos de pesquisa, estudos e reflexões perseguidos no CMD, ao consistir em um domínio psíquico-simbólico de coordenação e regulação das lembranças e dos esquecimentos, importa a posição nevrálgica da memória na distribuição dos conhecimentos intergeracionalmente elaborados. Em espacial, os seus efeitos no estabelecimento de

cadências temporais vislumbradas tanto nos ritmos cotidianos, marcados no controle autorreflexivo dos impulsos corporais quanto na demarcação institucional do horizonte e também da profundidade temporal da existência individual e coletiva.

Diante do lugar heurístico ocupado pela memória, na trajetória do CMD, adquiriu relevo o debate teórico-sociológico acerca dos problemas em torno do saber incorporado e da mimesis na correlação entre expressão e comunicação. Mas, tais problematizações são situadas nos contextos de mudança histórica em que a passagem do tempo não apenas se torna objeto de reflexão a respeito dos legados do passado, mas se insere, seja como recurso na orientação de condutas seja na elaboração de estilos de vida, e, ainda, na demarcação de patrimônios/bens simbólicos. Com isso, as linhas de pesquisa em que se desdobra a proposta do grupo têm por objeto de conhecimento as mais diferentes facetas das interseções de memória, cultura e desenvolvimento, nas suas manifestações na economia simbólica aninhada na estrutura urbano-industrial e de serviços. Um catalizador decisivo das pesquisas, estudos e reflexões do grupo consiste nas convergências históricas possíveis entre expressões humanas e suportes técnicos de visibilização, com seus antecedentes e repercussões sócio-civilizadores.

Em linhas muito gerais, entre os temas abarcados nas pesquisas realizadas pelos membros do CMD, destacam-se os seguintes: literatura (autores, obras, arquivos etc.); cinema (obras, diretores, modos de organização e financiamento, circuitos de exibição e mercados); música (erudita e popular; indústria fonográfica); modos de produção cultural e ecologias sociotécnicas (rádio, televisão, audiovisual, internet); livro e impressos (suportes; modos de produção, circulação e recepção; regimes de autoria; cadeias internas à indústria editorial); festas populares; manifestações religiosas; turismo; entretenimento; indústria criativa; políticas públicas; economia da cultura e financiamento da cultura; games (jogos eletrônicos); audiovisual (história, gêneros, formatos, modos de organização, produções, mercados); patrimônios; memórias; culturas e desenvolvimento; processos de requalificação de áreas urbanas; ativismos culturais; profissões artísticas; culturas e sociabilidades juvenis; culturas urbanas; consumo e identidades; moda; esportes; culinária e circuitos gastronômicos; culturas tradicionais; marcadores sociais de diferença (gênero, etnicorracial, sexualidade); expressões e mercados de periferia etc.

Quando faz um retorno à situação interativo-conversacional em que se deu a troca da denomi-

nação e se fixou o atual nome do grupo, a proposta deste texto consiste em articular o diálogo entabulado com a obra eliasiana na definição do eixo-matriz da problematização sobre o qual se estabeleceu e desdobrou exames de temáticas que firmaram a silhueta dos interesses de pesquisa, estudos e reflexão do CMD. E no mesmo andamento analítico, posta à contrapartida dos estágios de formação e aprendizados pessoais e institucional, própria a moldura de convivência e dialogia do grupo, postula-se estar na recursiva aplicação na execução sempre atualizada desses exames, a origem de um padrão operacional que, ao priorizar o acompanhamento de trajetórias sociobiográficas, como recurso de vigilância epistemológica, requisita a reflexividade da trajetória do/a próprio/a pesquisador/a. Três são as divisões analítico-argumentativas do texto. A primeira visa o episódio da troca dos nomes do grupo com a finalidade de ressaltar o quanto a interlocução com a perspectiva sobre as dinâmicas sócio-históricas de longa duração estribou a centralidade da temática da memória no CMD. O comentário que se segue toma por objeto os modos como contracenaram os condicionantes sócio-históricos e institucionais com delineamentos epistemológicos na semântica de cultura adotada pelo grupo, quando se ocupa dos remanejamentos na

10 Além do professor Milton Moura, os participantes do primeiro seminário do grupo Festas e Tradições Contemporâneas eram os estudantes de graduação em Ciências Sociais da UFBA – Fernando Lima Neto (doutor em Ciências Sociais pela UFRJ, atualmente professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da PUC-RJ) e Diego Alves (igualmente doutor em Ciências pela UFRJ e, hoje, professor do Instituto Federal do Espírito Santo). Também, a mestre em Ciências Sociais pela mesma universidade (hoje professora de sociologia da UFRB), Maria Salete Nery, e o mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA, Anderson Silveira Silva.

11 Sobre esta categoria ver, neste número da Arquivos do CMD, o artigo de Farias (2022).

esfera cultural contemporânea. Finalmente, situando o grupo no cômputo institucional e intelectual das ciências sociais brasileiras, o argumento se lança sobre a articulação do programa de pesquisa e reflexão acerca das ressignificações de memórias, com o nexó lógico-histórico, entre sociedade de consumidores e estrutura urbano-industrial e de serviços no Brasil.

### **A problematização da memória no caudal da incidência eliasiana na troca dos nomes**

Antes, nos referimos ao primeiro nome do grupo “Tradições e Festas Contemporâneas”. Esta nomeação deve-se aos interesses do professor Milton Moura, os quais estavam voltados para o tema das festas populares e suas correlações com a retomada atualizada de narrativas relacionadas a identidades coletivas. Em particular, o entrosamento da folia momesca soteropolitana e as imagens e relatos alcançados pelas proposições identitárias do modo de ser baiano – ou seja, a “baianidade”. Aliás, este foi o foco analítico e interpretativo da tese de doutorado por ele defendida, em 2001 (Moura, 2001). O convite feito por Moura ao seu então colega de departamento de Sociologia na UFBA, Edson Farias, para integrar o que naquele momento se constituía no grupo recém-criado, de-

veu-se ao fato deste último ter concluído o doutorado em Ciências Sociais com uma tese também focalizando festas populares, ainda que sobre o prisma do nexó lógico-histórico entre cultura popular, entretenimento-turismo e economia capitalista (Farias, 2011). Sob a denominação originária foram realizados os dois primeiros seminários de apresentação de trabalhos dos integrantes do grupo. Sendo o primeiro nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA<sup>10</sup> e o segundo no Pavilhão de Aulas da mesma universidade, mas no campus localizado no bairro de Ondina, também em Salvador.

A troca de nomes do grupo (com suas consequências) se deu no mesmo ano de 2002. E em grande medida esteve condicionada a um episódio. É sempre muito temerário atribuir a um episódio ou situação a origem de um arranjo societário de pertencimento<sup>11</sup> como um grupo de pesquisa, no caso o CMD. Deste ponto de vista que, para além do episódio narrado a seguir, diríamos reconhecer no primeiro semestre do ano de 2002 um momento aglutinador das componentes humanas e cognitivas cruciais à formação do grupo tal qual ele atualmente se apresenta. No intercurso deste período, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA, ocorreu a oferta e realização da disciplina Tópicos Especiais em Sociolo-



12 Disciplina optativa de linha pesquisa, ministrada pelo já referido professor Edson Farias.

gia – Leituras em Norbert Elias<sup>12</sup>. Sem dúvida, essa ocasião viabilizou encontros entre pessoas e ideias que, mesmo não premeditados, repercutiram nas vicissitudes com direto impacto na formação e consolidação do círculo intelectual que respaldou o CMD.

À época, tratava-se de um autor cujo pensamento era ainda pouco conhecido no campo acadêmico das ciências sociais brasileiras, a proposta da disciplina tinha por objetivo esboçar uma apresentação das linhas-gerais do raciocínio, do modo de abordagem, das problematizações, mas a partir dos objetos de conhecimentos focalizados na obra eliasiana. Assim, ao longo do semestre letivo, o cotejo avançou concomitantemente sobre as trajetórias biográfica e intelectual de Norbert Elias, priorizando examinar o lugar ocupado respectivamente pelas categorias de memória e saber incorporado no seu modelo teórico-analítico figuracional. Adquiriu especial relevo a teoria do conhecimento do autor, a qual tem por núcleo a linguagem enquanto fator, a um só tempo, biopsíquico e sócio-histórico (Farias, 2009, p. 167-215; Nery, 2007).

Nos parágrafos subsequentes, retomaremos o modelo teórico-analítico figuracional de acordo com o propósito de examinar a concepção de Norbert Elias sobre a posição estratégica da temporalidade na constituição das realidades físicas, vivas e psíqui-

cas. A exposição da concepção, aqui, deriva da síntese de parte do percurso das aulas da disciplina Tópicos Especiais em Sociologia – Leituras em Norbert Elias. Objetivo dessa retomada é comentar como as elaborações eliasianas estiveram no esteio da problemática em torno da memória, a qual centralizou tanto a troca de nome do grupo quanto se impôs como eixo cognitivo aos desdobramentos das pesquisas, estudos, debates e reflexões no CMD no confluir destes 20 anos.

Ao evocar a categoria de figuração social, Norbert Elias expressa em seus pressupostos a compreensão de que constelações sociais são conformadas por seres humanos, em suas múltiplas pressões e constrangimentos, criando assim um padrão mutável de organização social que se altera e se renova no compasso das mudanças desses mesmos laços de interdependências sociofuncionais entre os indivíduos (Elias, 1994; 2006). Como o próprio autor sinaliza, o conceito de figuração serve como recurso metodológico que neutraliza a costumeira polarização conceitual entre a ideia de indivíduo e sociedade, tão assídua nas análises dos fenômenos sociais. Numa perspectiva de síntese, o conceito de figuração permite que se opere analiticamente com a concepção de que as pessoas podem ser pensadas, simultaneamente, como indivíduo e como sociedade (Elias,



1999, p. 142). O caráter heurístico mais alvissareiro que o conceito de figuração oferece para a análise se refere à dimensão das relações de poder que regulam as figurações sociais. Nesse sentido, a conformação que determinada figuração social ganha está condicionada às lutas e conseqüentes retenções de recursos travadas na trama das interdependências. É justamente na flutuação dos equilíbrios de poder que reside o caráter mutável das figurações sociais e este equilíbrio flutuante é “uma característica estrutural do fluxo de cada configuração” (Elias, 1999, p. 142). Como o próprio Elias adverte, a categoria de figuração serve à análise de grupos restritos como também de organizações sociais mais complexas, como sociedades formadas por milhões de pessoas interdependentes. Salienta ainda que para a análise de figurações mais amplas, dever-se-á eleger elos de interdependências específicos de modo a permitir a operacionalização da análise (Elias, 1999, p. 142). De acordo com os critérios metodológicos asseverados pelo autor, torna-se imperativo contemplar as oscilações na balança de poder entre os agentes que conformam as figurações. Assim, ainda que se priorize analiticamente determinadas relações socioculturais como heurísticas, a que se considerá-las apenas como um dos “picos” ou “nós” da rede extensa que

se tece nesse equilíbrio mutável de forças, que, como um pêndulo, ora oscila para um lado, ora para outro. Evitar-se-ia, desse modo, naturalizar a hierarquia de agentes e certezas cognitivas na conformação de uma teia social específica. A mirada analítica se direciona, justamente, para o modo peculiar como, na disputa entre os recursos (econômicos e simbólicos), tecem-se repulsas e adesões mútuas dos agentes, conformando assim anelados específicos de poder.

Podemos, então, declinar sobre os conceitos, entendendo-os como sínteses compreensivas das mesmas tramas sócio-humanas em que são geradas e mobilizadas. Cabe, portanto, esmiuçar o entendimento aqui da noção de síntese. Ocupado com a formulação de uma teoria sociológica do conhecimento que viesse a contribuir para ajustes mais congruentes dos métodos (com seus respectivos planos cognitivo-disciplinares), com o grau de complexidade relativo das realidades respectivamente enfocadas como objeto de estudo, Elias introduz sua reflexão sobre o que denomina de a “grande evolução”. Chama atenção, inicialmente, a emergência de termos de status explicativo das formulações teóricas calcadas em uma base de apreensão espaço-temporal de estruturas e processos, em detrimento dos modelos fundados na concepção de leis, pela natureza



atemporal e ahistórica dessas últimas. A seu ver, ganha relevo intelectual-científico a triangulação entre síntese, integração e desintegração. Informado pelo suposto da teoria cosmológica na física, interessa-lhe o viés que prioriza a realidade como formações parciais. Assim, o procedimento requer um “processo-modelo”, já que seria necessária uma representação simbólica de uma sequência de eventos; na compreensão de determinadas realidades, tal representação dispor-se-ia como um ponto de partida “na busca da explicação de como e por que se tornam o que são e não diferentes” (Elias, 1998, p.278).

Ainda sob égide da teoria cosmológica, não se trata de se ater apenas ao “como” dos fenômenos cósmicos – encerrando-os na figura de entes imutáveis – e sim, voltar ao “por que”, isto é, problematizar às sequências na transformação desses elementos. Portanto, em substituição à concepção fisicalista de natureza, que a define estática e igual a si mesma, recorre-se à proposta de uma grande evolução, enquanto uma ontologia histórico-evolucionária no seio do cosmos. Para Elias, as demarcações dos grandes campos científicos (físico, biológico e humano) se equacionariam nessa sequência móvel do turbilhão cósmico. Deixemos ao próprio autor dar os contornos à imagem do processo:

A grande evolução tem muitos aspectos interdependentes, que não podem ser discutidos simultaneamente. No momento, é suficiente indicar um dos aspectos centrais da direção de transformação. As estruturas mais simples, cujas unidades parciais componentes de nível imediatamente inferior ainda não estejam ligadas por uma divisão de funções, de tal forma que a síntese seja reversível sem que esses componentes mudem suas propriedades, tornam-se estruturas mais complexas cujas unidades parciais estão ligadas por uma divisão de funções. A estrutura desses componentes é, portanto, ajustada para funcionar no quadro de uma determinada unidade composta de ordem superior. Nesse caso as partes perdem sua estrutura peculiar quando a unidade superior, a síntese que os liga, se rompe ou deteriora. Se, no primeiro caso, os componentes não estão especialmente adaptados mediante a integração e a divisão de funções à unidade superior, mas conservam sua estrutura, estejam ou não integrados desse modo, a integração é reversível. No outro caso, não. Além disso, essa linha de evolução leva à diferenciação e à divisão de funções não apenas em um plano, mas em cada vez mais planos que se



interligam em hierarquias complexas por meio das divisões de funções. Cada pequena molécula é um exemplo do primeiro tipo de integração reversível. Organismos unicelulares, como as amebas e os bacilos, são exemplos simples do tipo de integração reversível. É difícil descartar a existência de uma transformação contínua em determinada direção, uma evolução de unidades naturais de integração reversível não diferenciada pela divisão de funções para unidades integradas pela divisão de funções, tais como as células, embora ainda seja muito inadequado o conhecimento que temos das fases dessa transformação e suas condições, de suas forças motrizes. Algo similar aplica-se às etapas do percurso que parte dos organismos unicelulares para os multicelulares que têm especialização crescentemente complexa de suas unidades parciais e aumento correspondente nos seus órgãos centrais de coordenação. O fato de a síntese espontânea de uma ordem cada vez mais elevada estar entre os processos naturais não planejados pelos humanos é de relevante importância não só para a compreensão da multiplicidade das ciências, mas também para a imagem do que denominamos “natureza”. (Elias, 1998, p. 280)

O procedimento que, para Elias, se define como o mais adequado é aquele que prioriza os fenômenos estruturados como sínteses evolucionárias, quer dizer, trata-se de sínteses parciais ao se compreenderem processos com tendências a se plasmarem planos de diferenciação e complexidade. Algo assim se traduz numa aplicação diferenciada de categorias e modelos de análise, ou seja, “nascimento”, “morte”, “vida”, “consciência” e “mente” denotam e clamam por peculiaridades de planos estruturais de integração de proporção acentuada. Portanto, ainda que não seja planejado, o processo evolucionário se vai caracterizar no transcurso de etapas, sendo que a de maior gabarito de integração detém propriedades comportamentais e funcionais que, ao ser-lhes próprias, não comparecem nos estágios mais simples da sequência parcial das formações cósmicas. E isto exige que o analista entenda, além do funcionamento das unidades parciais mais simples, de que maneira as unidades interativas mais complexas se dispõem funcionalmente, isto é, importa examinar sua “modalidade de integração” específica. O cosmos, na sua visão, constitui-se, logo, de “um processo evolutivo na direção de uma hierarquia progressivamente abrangente de planos de integração entrosados” (Elias, 1998, p.286) e no transcurso dos graus de au-



tonomia em determinadas unidades.

Mediante o conceito de “síntese avançada”, Elias propõe o entendimento das conexões factuais em um longo processo, em cujo curso condicionado estão abarcadas “tanto moléculas pequenas quanto unidades altamente organizadas que, por sua vez, viabilizam os organismos unicelulares”, para daí chegar “aos organismos com órgãos cada vez mais especializados, capazes de sínteses cada vez mais amplas, até formações mais complexas – os humanos” (Elias, 1998, p. 289). Homologamente, o conceito de síntese avançada é empregado pelo autor com vistas a tomar o conhecimento humano como um desenvolvimento em níveis mais abrangentes, indo dos planos físico-químicos ao biológico e deste até o sócio-humano, em um contínuo de transformações em que se encadeiam níveis de complexidade que se referem reciprocamente em uma sistemática de interações ascendentes, mas que se dispõem em propriedades estruturais diferenciadas.

Na sua abordagem de caráter genético, se pode agora concluir: o tema da evolução/desenvolvimento desempenha um papel central. O seu pleito é de que as diferentes disciplinas tratam de problemas referidos a distintas fases de um processo evolutivo. É, portanto, pelos níveis de coalescências funcionais

que se pretende entender a natureza. Apenas à luz desses graus de complexidade e interdependências, Elias julga correto o uso de termos como “ordem” e “desordem”:

O uso tradicional da lingüística de fato só nos permite o uso estático do termo “ordem” com o conceito, correspondentemente estático, de “desordem” enquanto contrapartida. O que, entretanto pode ser observado se ascendermos mentalmente na escala evolutiva do nível de partículas subatômicas, atomos e moléculas até o das moléculas maiores, organismos unicelulares e multicelulares não é apenas uma ordem de etapas, mas etapas de ordem, transições pela divisão das funções para unidades com partes cada vez mais inter-relacionadas funcionalmente em níveis progressivos de integração. (Elias, 1998, p. 311)

Nesta descrição um tanto apressada do encadeamento argumentativo de Elias, o que tem relevância destacar é a possibilidade de se perceber em que medida a evolução da espécie e o desenvolvimento histórico se entrecruzam, mas não podem ser confundidos. Porque, ao supor que entre as unidades compostas de partes de maior e crescente interrelacionamento funcional, a integração se faz algo impe-



rativo, o autor assinala o elo entre a natureza humana e sua disposição histórica:

Há fortes razões para acreditar que, sobretudo, na evolução dos homínídeos, que eram desprovidos de armas inatas, como garras ou dentes poderosos, a formação dos grupos teve relevante papel na luta pela sobrevivência com outras espécies ou com grupos da mesma espécie. No caso dos humanos, o desenvolvimento de muitas peculiaridades específicas da espécie é dificilmente compreensível sem essa adaptação fundamental desses indivíduos à convivência comunitária. (Elias, 1998, p. 315)

É indubitável à proposta eliasiana que, no plano de integração no transcurso cósmico-evolutivo, as estruturas instintivas e comportamentais apresentem característica de maior plasticidade, o que se reverbera em uma estrutura social maleável. Pois, em consonância com o aumento do estoque de conhecimentos resultantes dessa estrutura biopsíquica de menor impacto na definição das pautas de determinação comportamentais, as formações sócio-humanas tendem a ser sensíveis a mudanças. Nesse sentido, como representante de um organismo de elevado nível de integração, o indivíduo humano está ambientado pelas

relações sociais tanto com seus pares quanto com o entorno não-humano, definindo-se a “esfera primária dos humanos” (Elias, 1998, p. 316; 1987). O plano social de integração irá revelar o encaminhamento do triângulo composto por conhecimento, memória e linguagem como fundamental à sobrevivência deste organismo humano (Elias, 2002; 1994a). Conclui o autor que os estudos calcados em modelos de sínteses se mostram mais competentes para apurar os níveis estruturais de integração e diferenciação no plano humano, fornecendo uma ferramenta valiosa no entendimento do modus operandis de sua regulação. Ao lançar mão de um equipamento analítico orientado para sintetizar a espiral de complexidade traduzida no modelo da “grande evolução”, para Elias, em razão do elevado grau de autonomia orgânica, espécie humana está inclinada a uma natureza que se realiza nos encadeamentos históricos, ou seja, nos desenvolvimentos das interdependências sociofuncionais. Estas se estendem e as figuras por elas adquiridas em determinando momento mudam sob pressões provenientes do próprio adensamento das reciprocidades. Toda essa trajetória corresponde a aprendizados e saberes, os quais estão estocados nos símbolos. As mudanças nas dinâmicas históricas resultam das maneiras como a atualização desses es-

13 Os convidados/as eram os então graduandos e hoje professores de sociologia da UFAL, Elder Patrick Alves Maia e Fernando Rodrigues; a mestranda em comunicação social e hoje professora do instituto de Artes e Comunicação da UFRB Mariella Viera Pitombo e Milene Silveira Gusmão, também na ocasião doutoranda em comunicação e, atualmente professora tanto do curso de cinema e audiovisual quanto do Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, ambos vinculados à UESB.

toques incidem sobre os padrões de subjetividades e de relações sociais.

À convite do professor Edson Farias, então há pouco inserido, mas já alocado como vice-coordenador daquele núcleo de pesquisa, algumas das pessoas que compuseram a turma da disciplina Tópicos Especiais em Sociologia – Leituras em Norbert Elias tomaram parte do segundo seminário<sup>13</sup> do grupo Tradições e Sociabilidades Contemporâneas. Na verdade, no andamento da disciplina, essas pessoas compuseram um círculo cujos encontros semanalmente regulares transcenderam a sala de aula, estendendo-se a bares e restaurantes, fazendo confluír discussões de objetos de conhecimentos, modelos analíticos e diversão, fazendo convergir amizade e interlocução intelectual. Aspirando essa atmosfera, vieram à tona dois aspectos que, no compasso do tempo, tornar-se-iam afins: todos/as ali se interessavam pelos “fatos da cultura” laica referida à produção, circulação, gestão e recepção/usos de bens simbólicos; eles/as situavam esse interesse no escopo da questão da passagem do tempo. Ante a polaridade estabelecida entre cultura e tempo, o ponto de intercessão e mediação cognitiva estava, justamente, na ideia de memória que, já naquele instante, devido ao acesso ao repertório conceitual eliasiano, colocava-se pelo viés dos

estoques intergeracionais de saberes incorporados em circunstâncias definidas em interdependências sociofuncionais inscritas em dinâmicas históricas de longa duração.

Sabendo-se ser este um olhar tão reconstrutivo quanto sujeito aos efeitos da imaginação, diríamos que o problema acerca da memória emergiu, então, tanto da perspectiva das modalidades de aprendizado e transmissão quanto daquela da elaboração e expressão do conhecimento incorporado. Como problema e alternativa conceitual, a memória se impôs, paulatinamente, um dispositivo encetando entre a dimensão expressiva e comunicacional institucionalmente regulada, sem a qual estaria inviabilizada a competência simbólica, e a arquitetura normativo-institucional fundada em um quadro de valores que coordena as reciprocidades estabelecidas na tocada das interdependências de fatores gerados na coalizão de reciprocidades humanas, trajetórias biopsíquicas, regras de moralidade, disposições corporais, a priori cognitivos, formatos e objetos e sistemas técnicos.

Mesmo que, de algum modo, as discussões que tinham por foco a tradição deixassem lugar para insistir na problematização da memória, do ponto de vista dos objetos de conhecimentos possíveis de serem abarcados, a denominação Tradição e Sociabi-

14 Concebido e executado em 1982, como entidade de filocinematografia, originalmente, o programa Janela Indiscreta teve por objetivo divulgar e, na mesma medida, formar públicos cinematográficos, aliando, ao exercício da crítica de cinema, o debate público. Deste modo, por décadas, semanalmente reuniam-se expectadores para assistir a um filme, o qual depois era objeto de apreciação crítica por um convidado, abrindo a discussão para plateia. Com o tempo, muitos/as dos que assistiam se tornaram, eles/as mesmos/as, os/as críticos/as e foram recrutados como parte da equipe executora do programa. Com a mesma motivação, as equipes do Janela protagonizaram as ações do “Cinema Itinerante” e do “Cinema eis a questão: o Janela Indiscreta no Vestibular”, percorrendo o interior baiano, exibindo e debatendo filmes da cinematografia brasileira e estrangeira. Atualmente, nele, interligam-se pesquisa, reflexão, visibilização/legitimação dos saberes que direta ou indiretamente abordam e/ou intervêm na cultura audiovisual na cidade e com repercussões regionais e mesmo nacionais.

lidades Contemporâneas se mostrava restritiva. Era especialmente complicado adequar as propostas de trabalho intelectual dos novos/as participantes vindos/as da UESB, em Vitória da Conquista, os/as quais eram graduandos em comunicação social e integravam o Programa de Extensão Universitária Janela Indiscreta Cine-Video UESB<sup>14</sup>, então sob a coordenação de Milene Gusmão. Concentradas na arte cinematográfica, as abordagens abarcavam desde a educação promovida pela prática cineclubista, passando pela análise fílmica, chegando à divulgação e crítica cinematográfica, atendo-se ao jornalismo especializado em cinema<sup>15</sup>. A nomeação vigente no grupo, ainda, dificultava a inserção de olhares direcionados às políticas públicas que, naquele início de século, cada vez mais se tornavam foco de interesse em diferentes disciplinas acadêmicas das humanidades.

Frente ao impasse gerado, no seu início, quanto a denominação do grupo e se estamos neste texto mobilizados por uma genealogia das condições socio-históricas e institucionais postas à contrapartida do arranjo intelectual que lastreou à base temático-cognitiva que, no corredor das duas últimas décadas, conferiu padrão às objetivações intelectuais do CMD, uma pergunta que não pode ser calada é: por

que, à medida que se abriram margens para alteração do nome do grupo, optamos por sincronizar cultura, memória e desenvolvimento? Em alguma medida, já expusemos os aspectos interrelacionados ao lugar de mediação ocupado pelos processos mnemônicos. Embora haja sido sugerido, fica ainda em aberto o entendimento para o emprego das duas outras palavras, ou melhor, quais semânticas dessas palavras motivaram a escolha para que compusessem o sintagma que passou nomear o nosso agrupamento?



15 A lista era composta por Raquel Costa Santos (Doutora em Ciências Sociais, atualmente, coordenadora do Janela Indiscreta), Euclides Mendes (Doutor em Multimeios, hoje, membro do Janela Indiscreta e pesquisador da produção cinematográfica brasileira, em particular, baiana, com pós-doutoramento em Memória: Linguagem e Sociedade), Marcelle Khouiri (Doutora em Comunicação Social, é docente no curso de cinema e audiovisual da UESB) e Paulo Pereira (hoje, atua na assessoria de comunicação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco [CHESF])

### **Diversidade e sustentabilidade: sintomas de um “espírito de época”**

A “Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural” foi estabelecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), no ano 2002 . A mesma UNESCO, já no ano seguinte, realizou a conferência na qual aprova a “Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Imaterial”, em conjunto com Organizações Não Governamentais, em particular, a Internacional Network for Cultural Diversity (INDC). Finalmente, em 2005, sob os rastros de rodadas de tensas negociações, outra conferência da mesma entidade aprovou o texto da “Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais”. A votação e aprovação desse tratado internacional instauraram um marco normativo às diretrizes referentes aos bens e serviços culturais-comunicativos vinculados às indústrias culturais e ao corpus como um todo dos bens definidos ou a serem definidos pelo status da diversidade cultural, no sistema internacional (Viera, 2009).

A série de movimentos institucionais referidos no delineamento de um corpo normativo visando assegurar e resguardar o direito à diversidade cul-

tural em escala planetária, em meados da primeira década deste século, evidenciava o quanto os signos da “diversidade” e da “autossustentabilidade” se impunham como sintomas de alterações socioestruturais muito significativas, delimitando uma espécie de outro “espírito de época” (Vieira, 2011). Na mesma diapasão, fazia ecoar designações favoráveis a uma epistemologia fundamentada nos desígnios hermenêuticos, com acento posto nos sentidos, nas motivações dos sujeitos individuais e coletivos (Bauman, 2022, p. 07-27). Considerando-se a retórica compartilhada por órgãos públicos nacionais e internacionais e translaterais, também organizações não-governamentais e fundações vinculadas a corporações empresariais privadas pareciam ter chegado a um desfecho do deslizamento semântico, deflagrado em especial a partir do período posterior ao advento da Segunda Guerra Mundial. A partir deste deslizamento, as ideias de cultura e desenvolvimento passaram estar cada vez mais aproximadas, até constituírem uma mesma noção informando pautas de agendas de políticas públicas, fazendo afins Estado, mercado e o chamado terceiro setor. Ainda que muitas fossem as vocalizações diagnosticando a cultura como obstáculo para o progresso, no desenrolar das últimas décadas do século XX e o início



desta, ela ascendeu ao status de ferramenta do desenvolvimento. Desde aí, a cultura se impôs entre o repertório de aspectos imprescindíveis à dignidade e ao bem-estar humano. Nesse mesmo intervalo de anos, altera-se o entendimento sobre a correlação entre as lógicas culturalistas e desenvolvimentistas da modernidade. Prevaleceu a premissa de que, numa agenda de cultura e desenvolvimento, fizeram-se recíprocos mercadoria e estilo, diferença e mudança intencionada, enfim, tradição e modernização (Farias, 2012, p. 06-23; Viera, 2011, p. 01-11; Alves, 2017, p. 184-193).

Observada no curso desta rotação, poderíamos sugerir a reavaliação não somente de mudança na dinâmica da história universal, mas uma requalificação desta, já que o valor conferido à ideia de diversidade passa ocupar o lugar central na demarcação dos agentes, dos entes, dos valores (Alves, 2010). No entrelaço dos contextos enunciativos em que o diverso se sobrepõe à unidade, o elo estabelecido entre a luta pelo reconhecimento e a bandeira dos direitos humanos se torna fundamental à reorientação das ideias de cultura e desenvolvimento. Desde a década de 1980, são propagadas séries de enunciados, no plano das relações interestatais e transnacionais, ditames de uma narrativa desenvolvimentista que

reconhece, nos diferentes modos de vida, fatores decisivos à economia imaterial. Ao mesmo tempo, as múltiplas formas humanas de vida são ressaltadas por instituições internacionais – à maneira da ONU – no tentativa de se encontrar saídas para os desequilíbrios socioeconômicos provocados pelo viés economicista do desenvolvimento. A semântica do nexos cultura e desenvolvimento, enfim, redefine-se pelo engendramento mútuo de reconhecimento identitário e autossustentabilidade no compasso da montagem de um mercado global das diferenças (Viera, 2009; Farias e Lins, 2017; Alves, 2014).

Nas condições mais imediatas de todo esse rearranjo sociossimbólico, naquela altura da dinâmica histórica, em que a cultura se impunha uma figuração das tensas e amplíssimas interdependências socio-funcionais estendidas em escala planetária, o CMD surgia em Salvador no contexto do início das administrações do Partido dos Trabalhadores, em nível Federal e Estadual. As faculdades de Comunicação e Administração da Universidade Federal da Bahia consistiam em equipamentos institucionais acadêmicos que, em grande medida, serviam como incubadoras a formulações em torno dos modos de conceber e aplicar as agendas de cultura e desenvolvimento nas ações governamentais no Brasil. As res-

17 Vale observar que, no contexto brasileiro dos anos noventa e da primeira década deste século, o Estado da Bahia deteve certo protagonismo na implantação de políticas públicas com a finalidade de tornar afins cultura, turismo e economia (Farias, 2011, p.; Viera, 2006; 2006a).

17 A circulação das ideias da Rede Cult para o CMD se deu tanto pela participação contínua de Mariella Pitombo Viera nas atividades desenvolvidas pela rede, desde o seu início, quanto pela atuação de Edson Farias como conferencista e orientador de trabalhos monográficos, por ocasião da realização da Cátedra Andrés Bello. Nesta oportunidade, orientou o trabalho final sobre artesanato e mercado, de Clara Lourido, que mais tarde se integrou ao CMD.

pectivas passagens de Gilberto Gil e Juca Ferreira à frente da pasta do Ministério da Cultura, com a adoção de medidas em que a implantação de projetos de autossustentação dos grupos referidos a determinadas formas humanas de vida estava no anverso de promover o reconhecimento/visibilidade legitimada das suas respectivas identidades coletivas, deixavam patente o quanto estratégico era, para aqueles governos petistas, as discussões e formulações acerca das interpelações estatais no campo cultural que repercutiram, em especial, na *Rede Cult* aninhada institucionalmente na já citada Faculdade de Comunicação da UFBA (Vieira e Barboza, 2019, p. 63-87)<sup>16</sup>.

A interação de alguns dos membros do CMD, a princípio, com a Rede Cult consistiu na correia de transmissão de aspectos do vocabulário e do repertório conceitual que circulava nessa rede para o interior do grupo<sup>17</sup>. Do amplo quadro categorial, a díade cultura e desenvolvimento, sem dúvida, foi aquela de maior repercussão, fixando-se na renomeação do antigo Festas e Sociabilidades Contemporâneas. Se a apropriação repercutiu, no plano local e nas interações conversacionais, pressões funcionais relativas a interdependências de escopo bem mais amplo, contudo, não se fez a salvo de ter sido submetida ao crivo das discussões internas que remanejaram as semân-

ticas de um e outro léxico. Situamos em linhas bem gerais, a seguir, as coordenadas dessas reorientações à luz dos encaminhamentos de pesquisa, reflexão e discussão dados no CMD à problematização sobre a ideia de cultura, no recurso a uma abordagem de longa duração histórica da esfera cultural como objeto de interesse sociológico.

\* \* \*

Com emprego bastante generalizado no mundo contemporâneo, o termo cultura é bastante controverso na medida em que há muitas e variadas semânticas que o descrevem. Hoje, de um lado, ele se intersecciona com planos políticos, econômicos, moral, expressivos, o que o faz contracenar com posicionamentos ideológicos, condições de inscrição em estruturas coletivas (de classe, etnicorraciais, de gênero, de orientação sexual, de referência socioespacial e outras), além de anteparos morais e epistêmicos, até de enquadramentos cosmológicos os mais diversos. De outro, a multiplicação das suas semânticas, sobretudo por estarem muitas das vezes essas versões em contradição entre si, sinaliza tanto as lutas sociais das quais participa, quanto o fato mesmo da questão cultural ter se imposto como um objeto de disputa e detonador de conflitos.



A genealogia da palavra a relaciona à ideia de cultivo, portanto, descende do processo de sedentarização de comunidades humanas que, na contramão dos grupos coletores, significou o advento e a ascensão numérica dos anelados sócio-humanos dedicados às atividades agrícolas e pastoris, com os seus respectivos modos de vida. As inovações nos meios de simbolização relacionados a esses modos de vida, em especial, o uso da escrita, sem dúvida, deixaram efeitos escalonados que pressionaram a favor da ampliação no emprego da noção de cultura com a finalidade de nomear, classificar e descrever práticas e outros aspectos das sociedades humanas, no que se refere especificamente à civilização cristã-ocidental.

Talvez seja correto concluir que, quanto mais obtiveram relevo as reflexões sobre a comunicação entre as gerações, mediante fundo de saberes coletivos comuns, também se tornou alvo de interesse intelectual a transcendência laica da espécie à sua condição finita. Desta maneira, nas agendas dos círculos eruditos europeus pós-medievais, igualmente, mais se requisitou um vocabulário conceitual composto por ideias como as de “espírito”, “história”, “memória” e “cultura”. Não resta dúvida sobre o quão importante foi a contribuição do clérigo napolitano Giambattista Vico à acomodação desse mesmo

quarteto conceitual no leito do pensamento, em especial, com a escrita *Scienza Nuova (Ciência Nova)* (Vico, 2017). Neste livro, fazendo um original empréstimo à mecânica newtoniana, no intuito de oferecer um entendimento científico das leis da história com alcance sobre a experiência de diferentes povos, ele propõe um longo curso constituído sobre um mesmo eixo no qual se sucedem, amalgamados, os episódios e sociedades humanas até o momento que lhe era contemporâneo. À contraposição da universalidade respaldada na concepção monista de natureza, tal como posta por Descartes, o autor concebe a especificidade da história como obra humana. Neste sentido, ele reconhece na estética, onde se aninham a arte e a poesia, o emblema da potencialidade criadora da espécie.

O legado intelectual de Vico à reflexão sobre a cultura, de um lado, a apresenta como sendo a objetivação no tempo da capacidade humana de constituir seus meios de sobrevivência e gerar ambientes próprios nos quais o curso da vida obtém distintos formatos e teores de significados. De outro, figurada como arte, a cultura diz respeito à expressividade dos bens simbólicos, estes tanto sintetizam os saberes inerentes aos fazeres com os quais os povos constroem seus cenários e modos de existir, quan-



to tornam possível transmitir às próximas gerações o mesmo cabedal de conhecimentos, fundamentais para subsidiar a continuidade dessa objetivação histórica, mas ao sabor de novas aquisições de saberes (Risério, 1994, p.34 - 47).

A divisão entre natureza e cultura estabelecida pelo pensador napolitano irá se somar às concepções de “estado de natureza” e “segunda natureza” proposta pelo jurista saxão Samuel Pufendorf, ainda no século XVII. Representante da matriz racionalista da teorização sobre o direito, Pufendorf (2014) caracteriza a “liberdade natural” como sendo relativa à capacidade do indivíduo de se autoproduzir, a despeito de qualquer convívio coletivo. A “sociedade civil”, por sua vez, corresponderia à possibilidade de assegurar o usufruto dos próprios bens e mesmo de garantia da vida às individualidades, porque o estágio da reunião e organização dos esforços comuns de tantas e diferentes pessoas atingidas por esses arranjos impessoais de convivência, seria um óbice aos efeitos destrutivos das paixões pessoais. A “segunda natureza” compreende, portanto, a unidade civilizatória composta de criaturas humanas possuidoras da razoabilidade para, deliberar sobre o refreio generalizado dos impulsos violentos, com isso, apta a fecundar uma situação em que a comodidade se torne

desfrutável a todos os seus membros.

Se com a divisão entre natureza e cultura fora introduzido um entorno natural e distinto de tudo quanto seja produto da intervenção criativa, moral e valorativa humana, a célebre disputa confrontando “modernos” e “antigos” na Academia de Letras Francesa, no século XVIII, insere uma cisão interna na própria cultura. Sob a atmosfera das lutas já deflagradas envolvendo a polarização entre grupos burgueses e setores dos estamentos nobiliárquicos, naquela disputa estava em jogo a escolha e consequente adesão a uma outra tônica cujos respectivos conteúdos correspondiam a qualidades temporais para além de diferentes entre si, porque se concebiam como opostas. Para os defensores do “antigo”, o acento caía na exemplaridade do passado, assim, concedendo à continuidade da tradição a autoridade para permanecer orientando os comportamentos. Alegavam a primazia do valor do costume em fazer derivar a coerência entre as épocas. O acúmulo dos saberes anônimos contidos na perenidade sutil das convenções tácitas atenuaria os efeitos derrisórios das circunstâncias sobre a orientação da conduta dos indivíduos. A promessa alvissareira do “novo” estava, nas vozes dos modernos, à contramão na medida em que a abertura do presente para o futuro significaria

desnaturalizar a permanência do passado, rompendo com o primado da sua autoridade. Isto em função da intervenção intencionada no curso dos acontecimentos, com a finalidade não somente de acelera-lo, mas, sobretudo, de conduzi-lo ao desfecho favorável à conquista da maior liberdade/emancipação (Dejan, 2005).

O contexto de certos movimentos internos a ambientes intelectuais, na região onde atualmente se localiza a Alemanha, durante o mesmo século XVIII, também exprimiu o acirramento na disputa entre burgueses e nobres. A divisão entre “moderno” e “tradição”, porém, não se ergueu sobre o signo do confronto, tampouco da ruptura. A evocação da contradição fora estabelecida na disjunção entre as semânticas da “*Civilizacion*” e da “*Kultur*”, por parte dos círculos eruditos identificados às classes médias urbanas, postos às margens das posições de mando e comando nas unidades sociopolíticas então em vigor. Ao código comportamental das aristocracias cortesãs, respaldado no princípio mundano da aparência resultante do polimento das atitudes, opunha-se o ethos vinculado ao ideário da cultura pelo qual se advogava a centralidade da formação (“*bildung*”) espiritual (Elias, 1990). Com sensíveis afinidades às concepções de Vico, os intelectuais burgueses ale-

mães entendiam tal formação num raio contínuo e interminável, tendo por subsídios os estoques de saberes legados de uma geração a outra mediante o acesso à intangência dos bens simbólicos.

Posicionada no mesmo escopo intelectual plebeu burguês, a contribuição de Johann Gottfried von Herder (1987) se destaca justamente por se aplicar ao estudo e à reflexão sobre a importância da língua (idioma) à mutua formação da nação e do indivíduo. Crítico veemente da exemplaridade dos clássicos greco-romanos, ante os quais caberiam aos contemporâneos à mera imitação, o pensador prussiano reivindicou atenção à pesquisa filológica com o objetivo de apreender o desenvolvimento histórico-evolutivo da língua, em especial, no *Ensaio sobre a origem da linguagem*, de 1772. A seu ver, no leito expressivo do repertório vernacular estão acomodadas, em camadas, simbólicas experiências de outros estágios da nação. Logo, visava ele a educação orientada à formação sentimental dos indivíduos, mas tornando recíprocos o coletivo e o pessoal, o passado e o presente. Sem vínculo com a questão das classes sociais, mas remetido aos umbrais das origens agrário camponesas medievais, o “popular” abrigaria os requisitos do anonimato e da permanência sobreposta a invenção. A assinatura autoral amalgamada à criação seriam



traços de círculos cultivados. Uma e outra divisão, contudo, não se mantêm estanque entre si, afinal, de acordo com a sua concepção circular, a tradição popular e o plano erudito estão em orgânica comunicação. Herder estava convicto de que a criação individual apenas vicejaria na plenitude do seu gênio se estivesse enraizada no solo comunitário. Assim nutrida, a intervenção criativa desdobraria os ingredientes pátrios originários, ampliando-os à condição de bens universais da humanidade.

Ao lado do historicismo, a estratificação da cultura entre “popular” e “erudita” foi um dos empréstimos feitos por autores do romantismo junto ao pensamento herderiano. Mas o modelo do pensador alemão será remanejado no contexto inglês do século XIX, afinal, tratava-se de uma sociedade já imersa na expansão da malha urbana e na industrialização. A propagação do ritmo cotidiano, coordenado pelos valores da utilidade e da monetização, despertará junto a círculos artísticos e intelectuais românticos ingleses a evocação de valores não redutíveis à vida ordinária. Identificado a uma aristocracia do espírito, tal círculo rechaçará o que enxergava serem exemplares da banalidade em favor dos princípios raros da autenticidade dos sentimentos e da veracidade expressiva. No anverso, a estratificação entre “popular” e

“erudito” é disposta em uma topografia vertical-hierárquica dos níveis culturais qualificados em termos de valores, os quais se deslocam ascendentemente do local/paroquial para o cosmopolita universal. No espaço intermediário, acusada de medíocre, porque lhes faltariam o respaldo de um núcleo de valores tão distintos quanto estáveis, posicionaram-se as representações da emergente cultura mundana urbana já interligada à mercantilização e ao ambiente industrial (Williams, 1969).

O mesmo período na Inglaterra abrigou dois outros importantes desdobramentos semânticos relativos aos remanejamentos nas práticas que obtinham o rótulo de culturais.

Ante ao diagnóstico do virtual desaparecimento dos costumes, fazeres e saberes transmitidos pela tradição oral, referidos às formas de vida rurais camponeses, tendo por marco a revista *The Atheneum* (editada de 1828 a 1921), um grupo de intelectuais inaugura o movimento folclorista. Pautados no recurso ao raciocínio, distinguindo “moderno” de “tradição”, embasavam-se na justificativa da defesa da preservação da “cultura do povo”, a qual se evidenciava por meio do exercício do colecionador etnográfico dos folcloristas, porque a motivação estava no entendimento de que era imperativo preservar a cul-



tura popular tradicional. Afinal, concluía-se, esta última se mostra frágil, porque incompatível com a expansão da cultura letrada, mediante o incremento da alfabetização escolar em grande escala, em sintonia com os requisitos individualistas, profissionalizantes e mercantis da sociedade urbano-industrial (Ortiz, 1992). No compasso da montagem do império colonial britânico, semelhante prurido filatelista conduziu os etnólogos à busca de formas de vida humanas identificadas como tradicionais, logo, descritas como em oposição ao enquadramento modernista com seus acentos no individualismo, ao Estado centralizado, no apelo à ciência positiva, no tecnicismo industrial, no abstracionismo jurídico, no capitalismo metódico (Wolf, 2005).

O quadro sociocultural europeu ocidental serviu de parâmetro ao olhar lançado sobre a multiplicidade etnológica aninhada sobretudo na África e na Ásia. Especial atenção fora dirigida às convenções mais duráveis, ou seja, as instituições. Com fundamento na orientação intelectual evolucionista, o viés comparativo, porém, priorizava um perfil antropológico calcado na oposição entre civilização/civilidade e primitividade. Do ponto de vista dos seus agentes, a viagem até os outros continentes se constitui também em uma espécie de retorno à temporalidades em

que prevaleciam padrões de raciocínios menos complexos quando comparados aos ocidentais modernos (Malinowski, 1976; 1962; Radcliffe-Brown, 1973).

O quadro até agora descrito sobre os encaminhamentos semânticos vinculados à ideia de cultura sofreu fortes impactos com a eclosão das duas grandes guerras mundiais no século XX e, nos rastros de ambas, houve o desmonte da distribuição do poder mundial intrínseca ao domínio dos grandes impérios coloniais europeus. O advento da polarização hegemônica entre os Estados Unidos e a União Soviética, manifesta na geopolítica da Guerra Fria, opondo as sociedades capitalistas àquelas do socialismo real, instaurou um outro cenário para as lutas e coalisões sociais e modificou os desenhos institucionais pelo mundo à fora. Mas, as mudanças ocorreram, igualmente, com a ampliação do sistema interestatal com a deflagração do processo de descolonização na África e na Ásia, os quais compuseram a trama dos países subdesenvolvidos.

A acentuada popularização da ideia de cultura, em particular, depois da Segunda Guerra, parece ter ecoado um conjunto não necessariamente coeso de motivações. Deste modo, um fator de impacto foi a campanha promovida pela UNESCO com a finalidade de evitar a reedição do holocausto nazista. Para



tanto, favoreceu a maior visibilidade e conhecimento entre o que passa a ser classificado e reconhecido como diferentes culturas (nacionais e de grupos étnicos, principalmente) (Maio, 1999). Do mesmo modo, a generalização das ciências sociais, com a implantação de sistemas universitários em diferentes sociedades nacionais mundo à fora (Wallerstein, 2002), viabilizou a implantação de estudos sistemáticos cujos objetos de conhecimento focalizavam os níveis culturais, a questão da indústria cultural e da cultura de massas, assim como a díade cultura e identidade nacional ante o avanço do imperialismo (sobretudo, o estadunidense).

No compasso do aninhamento das ciências sociais no âmbito acadêmico-universitário, um capítulo importante na sistematização socioantropológica da pesquisa e reflexão sobre a cultura disse respeito à ingerência da proposição sobre irreducibilidade dos sistemas simbólicos. Inscrito no escopo do estruturalismo, tal proposição teve uma contribuição decisiva do etnólogo belga Claude Lévi-Strauss. À época, ele se indispôs com os dois vieses então prevalentes na antropologia. Não compartilhou do evolucionismo, definido pelo racionalismo erguido sobre a ideia de raça, a qual se calcava na tese ontogenética da passagem das funções cognitivas “simples” às “comple-

xas”, com isto, foi ratificada a hierarquia estabelecida no posicionamento da superioridade da mente “civilizada” em relação a dos “primitivos/selvagens”. Ele tampouco se satisfazia com difusionismo proposto a partir da escola histórico-culturalista de Franz Boas, ainda que esta última recusasse a ontogênese no entendimento da evolução antropológica. Em lugar disso, atém-se aos modos de adaptações que levam ao entendimento das culturas como processos históricos diferenciados entre si. A luz de um universalismo antropológico comprometido com a antecedência simbólica da espécie, Lévi-Strauss (1995, 1976) recuperou do modelo linguístico fonológico a concepção de um sistema de significação caracterizado pelas reciprocidades entre posições e oposições, às quais estabelecem o valor sempre relativo das partes. Assim, o padrão adquirido no funcionamento desse sistema responde à aplicação contínua dos requisitos sintáticos que prescrevem os limites de variações possíveis nas conformações significativas, tornando cúmplices, portanto, os planos formais e materiais nas formações semióticas (Lévi-Strauss, 2003). Entendidas como sistemas simbólicos, logo, as culturas deveriam ser apreendidas como textos cuja exegese requer a especificidade lógica das combinações e seleções pelas quais são gerados não somente os



significados compartilhados nos desempenhos nativos, mas também as suas ecologias intrínsecas (Lévi-Strauss, 1975).

Os muitos empréstimos feitos juntos à herança teórica da etnologia levi-straussiana, aquela altura da história, incitaram a politização de vários empregos da noção de cultura, quando ela já se generalizara na classificação e nomeação de padrões comportamentais de grupos humanos em diferentes continentes. Talvez, muitas das reações à ocidentalização (que acompanhou a montagem de projetos desenvolvimentistas em diferentes países na América Latina, África e Ásia) teve por respaldo a moção de respeito à dignidade das culturas, agora, entendidas como sistemas simbólicos dotados de lógicas de significação próprias. O período da história mundial que se estendeu, sobretudo, da década de 1950 a de 1980, viu-se marcado por debates com forte traço de enfrentamentos disjuntivos, os quais foram detonados a partir da deflagração de disputas entre as díades da “modernidade/modernização” com aquela da “tradição/tradicionalismo”. As vozes que advogavam em defesa da primeira díade se respaldavam no repertório conceitual das teorias da modernização articuladas ao paradigma sociológico funcional-estruturalista estadunidense. Neste, cumprindo uma função sistêmica

de integração normativa, a dinâmica da cultura consiste no escalonamento hierárquico de um conjunto de ideários-valores com os quais se poderia inferir o status da complexidade societária e com isso classificar o nível de desenvolvimento de uma específica formação social (Parsons, 1969). Nunca é demais chamar atenção ao fato de estar essa modelagem ancorada no que seriam as condições dos Estados Unidos após a Segunda Guerra. Portanto, uma outra sociedade nacional seria avaliada como “moderna” ou “tradicional” à medida que, respectivamente, ou se aproximasse ou se distanciasse do arranjo liberal industrial de massa norte-americano. Para citar apenas alguns dos requisitos intrínsecos a esse parâmetro: maior participação do setor secundário da economia na geração da renda e no recrutamento da mão-de-obra; aumento no raio de alcance do contrato jurídico de trabalho; generalização do dinheiro como meio de troca universal no funcionamento dos mercados autorregulados de bens, serviços e atividades manuais; predomínio da família nuclear; ampla extensão da escolarização letrada; ascendência das crenças laicas; plena legitimidade da ciência positiva como representação da verdade; acesso aos insumos informativos distribuídos pelos meios de comunicação massivos; crescente delimitação das esferas da



experiência social etc (Oliveira, 1995).

Considerada a pluralidade de fatores envolvidos nos específicos tecidos das diferentes sociedades nacionais dispersas pelos cinco continentes, abria-se um hiato entre o modelo normativo da modernização e os contextos histórico-empíricos à sua realização. A tensão de maior relevo resultava da implantação de projetos desenvolvimentistas – industrialização e incremento da produtividade agropecuária – que exigiam alterações sensíveis de costumes e formidáveis deslocamentos populacionais do campo para os centros urbanos. Em favor da luta contra o “atraso” sociocultural, as narrativas modernizadoras propagandeavam o abandono das formas coletivas de vida identificadas à tradicionalidade (Hesmondhalgh e Pratt, 2005). A alegação de que os diferentes modos de vida correspondem a sistemas simbólicos dotados de coerência interna serviu de argumento a contramovimentos que passaram a reivindicar, entre outros: direitos de povos indígenas (demarcação de terras e respeito às especificidade cosmológica contra a intervenção de agentes da catequese cristã, por exemplo), preservação de ambientes e fazeres/saberes de grupos caracterizados por padrões rurais de convivência e, ainda, a preservação de nichos das culturas populares em ambientes citadinos, com suas marcas

étnicas de formação identitária e organização da vida coletiva (Peirano, 2000; Velho, 2012).

A virada à década de 1990 trouxe em seu bojo o desmonte da geopolítica da Guerra Fria, com o desaparecimento da União Soviética e dos demais países que compunham o chamando “segundo mundo” do socialismo real – à exceção da China, alguns outros países do sudeste asiático e da África, além de Cuba. Celebrado como a vitória do “livre mercado”, o cenário mundial doravante instaurado repercute a expansão do capitalismo cada vez mais estribada na dinâmica dos serviços financeiros, por sua vez, amparada no formidável incremento das conexões digitais cibernéticas. Oriundo do vocabulário da administração empresarial, o termo globalização rápido se populariza e, com isso, atrai para si adeptos na medida mesma em que é alvo de detratores. A aposta celebradora contida nesse termo exaltava uma nova época, em que haveria amplas margens para os fluxos de pessoas, ideias, símbolos, estilos de vida, mercadorias, serviços ocorrerem sem os entres das fronteiras nacionais, das distâncias continentais e das chancelas das identificações aferradas ao critério da perenidade autorreferente. As culturas estariam irremediavelmente conectadas, integradas por um movimento de trocas ininterrupto, o que dei-



xaria por rastros molduras identitárias individuais e coletivas tão mais plurais quanto instáveis, já que abertas a reavaliações constantes (Denning, 2006; Canclini, 1995; Robertson, 1992).

O anverso dessa pretensa euforia liberalizante, que coordenaria o mercado global das diferenças culturais e etnicidades, se revelou no crescente emprego do chamamento à oposição “global versus local”, afinal, com ela se vocalizam as assimetrias notórias de posicionamento dos diferentes símbolos e suas respectivas formas de vida na arena mundial de competição simbólica, a um só tempo amplíssima e bastante segmentada. Nesse sentido, o cenário à característica interseccional – cruzando os âmbitos políticos, econômicos, morais e epistemológicos – adquirida pela cultura nas últimas décadas se ergueu sobre um terreno minado, no qual a prioridade posta na visibilidade e nos usos obtida por culturas respaldadas no poder econômico, político e bélico de Estados-nação hegemônicos e em corporações empresariais transnacionais, esteve à contrapartida do acirramento dos chauvinismos nacionalistas e de campanhas alentando os “choques de civilizações” (Ortiz, 2017).

Dentro dessa mesma atmosfera, o redesenho da esfera pública, agora já parte da trama midiática

redefinida pela tecnologia digital e a temporalidade on line, abrigou a conversão dos Direitos Humanos ao universalismo normativo contido na bandeira da diversidade cultural. Assim, no compasso da institucionalização dessa bandeira no interior dos países, mas igualmente em órgãos internacionais e translaterais, fazia-se eco às disputas em favor da renomeação/reconceituação no espaço intelectual-acadêmico, deflagradas pelo movimento antimanicomial e as muitas versões de estudos culturais, contra a vigência dos quadros cognitivos e morais que reiterariam dominações à maneira da eurocentria epistêmica, o androcentrismo, a heteronormatividade, a normalidade psíquica (Castro-Gomez, 2005; Costa, 2006; Pellucio, 2012; Quijano, 2009; Wevers, 2006). Em um cenário cada vez mais multicultural, levantaram-se disputas estas em sintonia com lutas promovidas por movimentos sociais em busca da conquista de direitos nos sistemas jurídicos nacionais e nos acordos internacionais, principalmente, aquelas batalhas morais em favor do reconhecimento referidas a grupos estigmatizados pelos marcadores sociais de diferenças de gênero, etnicorraciais, de orientação sexual, além dos identificados por portarem necessidades especiais (surdo, cegos, para e tetraplégicos, perfis psiquiátricos etc.)



\* \* \*

Neste quadro sumário, compilam-se aspectos que foram consensualizados no CMD como incontornáveis aos interesses cognitivos da sociologia voltada à atualidade da esfera da cultura. Quadro este que suscitou a suspeita da necessidade de redefinir a empiricidade daquilo nomeado por esfera cultural nas ciências sociais, em razão da extensão global adquirida pelo padrão moderno de socialidade e de condutas. Isto porque explicitava a imperiosidade da busca por alternativas analíticas e interpretativas nas abordagens da condição histórica em que se faziam tensamente afins tendências generalizantes e reposições de singularidades étnico-históricas. Se o mesmo quadro ratificava a posição estratégica da esfera da cultura como amplo fórum para apreender a multiplicidade dos processos de simbolização, ao mesmo tempo, deixava em xeque essa forma social diferenciada por nela se repor continuamente o problema em torno dos significados, direções, valores etc.

A própria diferenciação estatutária da esfera estaria posta em suspenso pela complexidade das conexões e dos níveis de integração sociocultural, numa escala de interdependências sócio-humanas tão alargadas. Situação que implica qualidades ou-

tras às circulações, aos encontros e cruzamentos culturais e civilizatórios. Os efeitos desses fatores se evidenciavam nos dois seguintes processos. De um lado, a aceleração dos ritmos de circulação pressionando fronteiras geopolíticas, mas também simbólicas. De outro, o alcance das ecologias socio-técnicas de informação e comunicação contracena seja com a mutação ou emergência de outros formatos expressivos e gêneros culturais. Incluídos nos mercados do simbólico e da comunicação, concluiu-se, eram nítidas as repercussões de um e outro fator nos regimes de práticas, nos protocolos vigentes de autoria, além de incidirem sobre as proposições identitárias e nas autoimagens dos agrupamentos humanos. Ainda, o entretido desses elementos afrontaria o fechamento normativo intrínseco à concepção de cultura amparada na ideia geopolítica de territórios, a qual se funda no modelo de parentesco da família extensa próprio à nação moderna (Farias, 2017a).

Para finalizar este texto, voltaremos à recepção da obra de Elias no CMD. Agora, porém, com a finalidade de situar os usos dessa recepção no cômputo das ciências brasileiras e, a partir deste, que em interrelação com outros espaços sociais em que o tema da cultura se constitui em objeto de pesquisa e inter-



locução, buscar, ao mesmo tempo, a solda manifesta em protocolo de projetos de pesquisa e intervenção e também a pauta a discussões em que se alinham interesses intelectuais e políticos. Enfim, estará em exame como o diagnóstico acerca da esfera cultural, sintetizado no programa de pesquisa voltado aos processos mnemônicos, funcionou como parâmetro em relação à posição do CMD nessa teia institucional intelectual e política.

#### **A dúbia condição de ser um corpo memória**

De acordo com os intérpretes ocupados com a obra de Elias, na metade final dos anos de 1970, ocorreu a “redescoberta” das suas ideias (Heilbron e Wilterdink, 2023). Um signo inequívoco a esse respeito seria a edição, em língua francesa, dos dois volumes de *O Processo Civilizador*. Parte de igual movimento, ao longo dos últimos anos sessenta, Elias – após trinta anos – retornou à sua sociedade nacional natal, a Alemanha, para realizar conferências e, 1971, por iniciativa de Herman Kote, da Universidade de Bieliefeld, organizou-se um seminário a respeito da relação entre história e sociologia, tendo por objeto a obra eliasiana. Neste mesmo país, ainda naquela década, um pouco mais tarde, os já referidos volumes

de *O Processo Civilizador* se tornaram fenômenos de venda entre os livros acadêmicos. E o autor fora reverenciado com importantes premiações concedidas a autoridades do campo intelectual-científico.

Embora tenha vivido por mais de 20 anos em território inglês – onde passou um período de auto-exílio provocado pelos efeitos da ascensão nazista, a qual promoveu uma grande diáspora de cérebros judaicos –, Elias não teve suas obras absorvidas com o mesmo entusiasmo na Grã-Bretanha. O seu programa de pesquisa comparativo sobre sociedades em permanente desenvolvimento, elaborado conjuntamente com Ilya Neisdadt, na Universidade de Leicester, vingou mesmo após a sua retirada para a Holanda em 1962. Ainda assim, a acolhida inglesa permaneceu tímida, pontual, restrita a áreas como a sociologia da ciência e do esporte. Neste último sub-campo, a repercussão das ideias eliasianas se deu em razão da presença mediadora do seu discípulo Eric Dunning, responsável pelo Centro de Estudos de Desportes da Universidade de Manchester. A edição de *O Processo Civilizador*, em 1978, não impactou os debates travados sobre o Estado; debates que foram objeto de livros importantes da sociologia britânica, principalmente, *O Estado-nação e a Violência* (Giddens, 2001) e *The Sources of Social Power*

(Mann, 1996). Um caso à parte é o do sociólogo polonês Zygmunt Bauman. Também judeu radicado na Inglaterra, além de retomar a contribuição de Elias às teorizações sobre civilização em *Modernidade e Ambivalência* (Bauman, 1999), ele (Bauman, 1998) igualmente lança mão do modelo estabelecido e outsiders quando trata, sobretudo, do problema dos judeus na Europa urbano-industrial, entre os séculos XIX e a metade inicial do século XX. Digna de nota é também a visível influência na produção teórico-analítica de sociólogos que compuseram a Revista *Theory, Culture and Society*, no período em que o seu editor chefe foi Mike Featherstone (1996).

Ainda mais pontual, a ressonância da obra eliasiana nos Estados Unidos se restringiu àqueles círculos de sociólogos aproximados pelo viés analítico do interacionismo simbólico e do pragmatismo, mas quando se ocupam de uma “sociologia das emoções” (Gregg, e Seigworth, 2010). Randall Collins (1999), por sua vez, retoma de Elias insumos para o seu modelo de sociologia histórica<sup>18</sup>.

Bem ao contrário desse cenário anglo-saxônico, a recepção das ideias de Elias no contexto intelectual francês, desde a aludida edição de *O Processo Civilizador*, em 1970, tem sido crescente. Nesse sentido, compartilha ânimo com a situação holan-

desa, país onde o autor decidiu se radicar definitivamente nos anos sessenta. E onde se instaurou a única linhagem explicitamente eliasiana – a Escola de Amsterdam. De lá, evocou-se o modelo analítico da “sociologia figuracional” sob forte inflexão de Johan Goudsblom<sup>19</sup>. Esta sociologia figuracional se voltou, em termos temáticos, a questões vinculadas aos problemas manifestos nas alterações dos costumes, como maneiras à mesa, sentimentos de vergonha, gabaritos de informalidade e formalidade dos comportamentos humanos.

Voltando à França, o entusiasmo ascendente com a obra de Elias esteve, a princípio, em sintonia com o peso concedido ao tema das mentalidades e do cotidiano na historiografia dos Annales. Algo assim fomentou e tem incentivado a evolução de uma história cultural que se espria na direção da produção e usos de bens simbólicos por margens que escapam às fronteiras convencionais do debate sobre arte e literatura (2016). O nome de Roger Chartier (2010) é sensivelmente importante a esse respeito e, exatamente, ele se tornou tutor e divulgador da fortuna intelectual eliasiana no âmbito francófilo.

Sem dúvidas, outro ponto nevrálgico à recepção de Elias no contexto francês fora as leituras e apropriações feitas por Pierre Bourdieu. Recepção

18 A denominação “sociologia histórica” aparece nos Estados Unidos no compasso do declínio do funcionalismo sociológico. O avanço dessa onda teórico-analítica, até se firmar como um subcampo disciplinar, veio à reboque do volume expressivo e prestigiado de trabalhos assinados por autores, entre outros, como Barrington Moore, Charles Tilly, Immanuel Wallerstein, Randall Collins, Theda Skocpol, Jack Goldstone, Janet Abu-Lughod, John Hall e Michael Mann.

19 Goudsblom foi particularmente importante na divulgação da obra eliasiana na sociologia continental europeia. Atendo-se à sua participação no Seminário “Civilizações e processos civilizadores”, realizado em 1984, em Bielefeld, Johan Heilbron e Nico Wilterdink ilustram as afinidades e complementaridades observadas entre os trabalhos de um e outro sociólogo: “(...) seu (de Goudsblom) artigo era sobre ‘a domesticação do fogo como um processo civilizador’. Nesse mesmo ano Goudsblom publicou um ensaio

manifesta tanto na recuperação do problema em torno da distinção (2011) e dos modos de contenção de emoções, em consonância com a exposição autorregulada de afetos, quanto na elaboração de uma sociologia das disposições corporais. Esta última relativa ao tema do saber pelo corpo, propriedade básica ao modelo praxiológico disposicionalista bourdieciano, sintetizado nas noções de *habitus* e de “campo” (Bourdieu, 2002; 2009)<sup>20</sup>.

A menção à acolhida francesa do legado intelectual eliasiano é-nos aqui crucial, porque o nosso interesse se concentra na recepção da obra desse autor pelas ciências sociais brasileiras, em particular a Sociologia, sob os dois seguintes pontos:

- a) De um lado, as articulações estabelecidas entre a circulação internacional das ideias e modelos de pensamento, ressaltando as ingerências de fatores locais na territorialização, e nos usos dessa produção em contextos nativos (Bourdieu, 2002);
- b) De outro, o fato de que a chegada e repercussão da produção intelectual eliasiana no Brasil, inicialmente, se fez sobre o apanágio do prestígio gozado pelo campo intelectual francês junto ao seu congênere brasileiro. Mais particularmente, como este prestígio

na ocasião das primeiras traduções dos textos de Elias para o português esteve lastreado na maneira como a história das ideias ou das mentalidades fora calorosamente abraçada por facções dos campos intelectuais humanísticos neste país.

Bem ilustrativo desse enquadramento de leitura e apropriação é, justamente, o prefácio do Volume I de *O Processo Civilizador* – edição que inaugurou os títulos de Elias editados em português do Brasil – assinado pelo filósofo dedicado à filosofia política, tematizando o período absolutista francês, Renato Jeanine Ribeiro (1990). Acentuando o traço literário da escrita, Janine Ribeiro aproxima o livro do mesmo prazer proporcionado pela leitura de *Outono da Idade Média*, Huizinga, e também de *O Amor e o Ocidente*, de Dennis Rougemont. Embora reconheça o vezo mais “sociológico” de *O Processo Civilizador*, ele atenuar essa mesma propriedade, em nome do que afirma ser a peculiaridade do texto ao tratar das “aparências”, isto no que tange ao “desenvolvimento das gentilezas” e da civilidade na Europa ocidental. A seu ver, deslocando-se da Baixa Idade Média à modernidade, o texto contorna a “grande história” e imerge nos meandros das idiosincrasias compor-

no qual distinguia três níveis diferentes em que ocorrem os processos civilizatórios: o nível dos indivíduos em seu curso de vida específico, o nível das sociedades em certas fases de seu desenvolvimento e o nível do desenvolvimento multifacetado que compreende a história da humanidade (...). Enquanto Elias, em sua obra principal, concentrou-se nos dois primeiros níveis, Goudsblom defendia a extensão da pesquisa ao terceiro nível, a humanidade como um todo e a história a longo prazo. Nesse esforço, ele se envolveu mais explicitamente com as teorias evolutivas (veja acima), bem como com a 'história mundial' que estava surgindo em torno do trabalho de William McNeill e outros." (Heilbron and Wilterdink, 2023, p.18 – minha tradução)

20 Outra mediação decisiva na circulação das ideias eliasianas no contexto francês é a exercida por Nathalie Heinrich (2015), em especial, acentuando à contribuição de Elias aos estudos psicogenéticos.

tamentais que revelam os desenvolvimentos dos modos de “civilização dos costumes”. Para Jeanine Ribeiro, aqui, residiria a contribuição decisiva do livro de Elias, pois, evidenciaria o adestramento dos impulsos humanos na direção de patamares sempre mais elevados de autocontrole e autorregulação sancionados sob a aparência da contenção comportamental, própria à antropologia do civilizado.

Dessa conclusão, Jeanine Ribeiro torna a abordagem de Elias contígua do problema acerca do “desvio socrático”, tal como o expõe Nietzsche (1998) em *A Genealogia da Moral*, mas também colocanod-o em sincronia com as discussões em torno do “selvagem”, cara ao pensamento francês desde os *Ensaio de Montaigne* (1987), atravessando Rousseau (1978) e desaguando nas reflexões de Lévi-Strauss (1975) e Pierre Clastres (2017). Ainda, sintoniza as ideias eliasianas às de Herbert Marcuse (1981), quando este propõe uma leitura própria do embate entre “Eros e Thanato” como símbolo da modernidade entendida na figura da condição histórica em que o custo deixado pela adoção da “kultur” seria a geração crescente da infelicidade. Aproximando-o dos historiadores da *Ecole Annales*, porque reconhece em Elias a mesma disposição ao empreendimento de longa duração histórica, Janine Ribeiro sentencia o que lhe parece

um ponto central a ser discutido a partir do emprego analítico do modelo das dinâmicas sócio-históricas de longo termo, quando aplicado à questão da civilização dos costumes e sua propagação em escala mundial. Melhor transcrever o trecho em que o prefaciador expõe o seu ponto de vista:

(...) Esta medida de longo prazo, ou curva de civilização como o chama, adquire especial importância quando passa a definir pelo menos os últimos setecentos anos da aventura humana. É verdade que Elias não chega a apresentar essa “evolução” como sendo a única possível, menos ainda como necessária, para o homem. Mas não é menos verdade que, a seu ver, ela é definitiva, e desde que tomou conta do Ocidente, foi assimilando um caráter irreversível, a tal ponto (fica pelo menos sugerido) que terminará por mundializar-se, alterando também os costumes dos povos que, mais primitivos, vivem hoje de modo que se compara à Europa medieval (Ribeiro, 1990, p. 11 – em itálico, no original).

Não queremos entrar no mérito dos critérios adotados por Janine Ribeiro ao fazer a comparação, dentro de um mesmo eixo histórico-desenvolvimental, e aproximar o que chama de “primitivos” con-

temporâneos à Europa medieval. Interessa, sim, observar que, no texto, a palavra “mundializar-se” está grifada em negrito pelo próprio autor. Sendo um tanto arbitrários na interpretação, ou melhor, correndo o risco de sermos, parece que a ênfase tem por lastro, sim, a expansão colonial e imperial do ocidente europeu, propagando seus costumes, mentalidades, modos de agir e pensar, além de instituições, mundo à fora. Principalmente, cremos que aí se revela a condição de fala do leitor/autor Renato Jeanine Ribeiro, um acadêmico brasileiro, ou seja, situado na experiência histórica de formação cultural que, “resultante” desta expansão europeia, tem se desdobrado ao longo de gerações – certamente, tratamos de suas elites intelectuais – em resgatar sua singularidade em meio à construção histórica de universalidade da civilização. Mas, sempre tendo em conta ser ele mesmo um usuário dos instrumentos cognitivos e dos modos de ajuizamento respaldados no quadro cosmológico ocidental herdado, ainda que por vicissitude, da mesma expansão europeia.

Ao nosso ver, a evocação da mesma condição histórica e existencial atravessa e, fortemente, repercute nas maneiras como a obra de Elias fora recebida e, em grande medida, tem sido apropriada pela sociologia no Brasil. Nesta, suspeitamos, o tema da

civilização dos costumes é posta em direta conexão com a questão do desenvolvimento referente ao problema da sociedade-nação. Se retomarmos a Elias (1994), a discussão sobre o nexos entre as ideias e os níveis e tipos de modos de coordenação e regulação das relações sociais, o que sobressai é o quanto a sociedade-nação interfere na apropriação dos conteúdos, mas igualmente das ferramentas intelectuais eliasianas, pois se constitui na certeza pré-reflexiva subjacente à ideia mesma de social que embasa o desenvolvimento no campo intelectual, de modo geral, e da sociologia, em particular.

Nas linhas que se seguem, o painel traçado é sabidamente sumário, não se tem o objetivo exaustivo de esgotar as ideias cotejadas, apenas se quer sublinhar uma linhagem intelectual mobilizada, nas suas atualizações, em que a temática da civilização está sob a égide da centralidade ocupada pela questão nacional.

Tomando-a como a “matriz modernista” do pensamento social brasileiro, os autores da chamada “Geração de 1870” (Alonso, 2005) já se colocavam a pergunta: a civilização é possível no Brasil? À luz de dois personagens paradigmáticos dessa teia de pensadores e interpretes do país, a resposta soa dúvida. Para Euclides da Cunha (2000), no emblemático Os



*Sertões*, a triangulação histórica entre os “males da terra” (em particular a concentração fundiária expressa no domínio dos latifúndios), a colonização e a falta de integração nacional é consagrada como obstáculo ao encontro com a civilização, à qual permanece como pano de fundo, em certa medida, normativo, entretanto, tão somente utópico. Joaquim Nabuco (2000), por sua vez, identifica na escravidão um fator socioestrutural que atravessa o plano institucional e moral (psíquico-antropológico) na formação social brasileira, deixando em suspenso a capacidade/possibilidade da sociedade nacional se realizar no tripé constituído pelo Estado racional-legal e democrático (quer dizer, pacificação pública e democracia representativa); o trabalho livre (signo do mercado laboral autorregulado e da tecnificação da produção) e o avanço da educação laica somado à disseminação da ilustração científica.

No giro temporal que conduz da “República Velha” ao regime instaurado a partir dos anos de 1930, capitaneado por Getúlio Vargas, momento de inflexão sobre a formação do povo-nação e no compasso da onda de “modernização” político-administrativa (a reforma do Estado com a execução do DASP) e econômica da sociedade (a intensidade posta no empenho da industrialização), as interpretações do

Brasil divergiam sobre a viabilidade civilizatória do referido país. Esses posicionamentos se inscreviam em um período no qual parecia fazer sentido levar a sério o chamamento de Capistrano de Abreu (1998) quanto à necessidade de “redescobrir o Brasil”. Assim, entre os debates que animavam os círculos intelectuais, circulavam discussões acerca de ser ou não este país, de fato, ocidental. Naquele momento, o horizonte institucional e muitas das aspirações liberais e à esquerda tomavam por parâmetro a vigência de uma história universal, tendo por culminância a civilização ocidental urbano-industrial e pacificada na figura do Estado-nação. Na época, o olhar lançado sobre as “nossas” raízes iberistas, com sua tendência patrimonialista, servia para argumentar sobre a impossibilidade de o Brasil abrigar as instituições da modernidade: mercado, Estado centralizado e democracia parlamentar representativa. O espírito inquieto movido pelo esclarecimento e mesmo aquela iniciativa empreendedora racional-metódica, necessária ao desenvolvimento empresarial industrial capitalista, não teriam acolhida por estas paragens fadadas a certo orientalismo. Para Oliveira Viana (2005), caberia atender aos reclamos em favor de um Estado forte que antecedesse e se impusesse à fraca sociedade civil. Embora não se possa confundir



os objetivos da tipificação ideal de “homem cordial” em Sérgio Buraque de Holanda (1998; 1995) com a concepção de “patrimonialismo” por Raymodo Faoro (1998). Mas um e outro autor se empenham em apreender os sentidos peculiares à díade público e privado no contexto nacional. Para os dois, o que importa é diagnosticar o conluio do autoritarismo que estaria entranhado na cultura política brasileira e as densas barreiras ao funcionamento das instituições praticas da democracia liberal. Um e outro hesitam sobre os rumos da civilização no país.

Em meio às vozes que se pronunciaram, a um só tempo, catalogando as “lacunas” que nos distanciariam da matriz ocidental e fazendo o diagnóstico das bases ibérico-orientalistas da sociedade brasileira (nesse período começava-se a usar essa figura), houve aquelas que identificaram o Brasil à Rússia czarista. Este foi o caso de Gilberto Freyre (1997; Maia, 2005). Apesar de se reconhecer a distância geográfica e histórica entre a velha Rússia e a jovem nação americana, o autor chamava atenção às proporções continentais dos dois países, sobretudo, para as semelhanças no tocante à insistência com que um tradicionalismo ruralista se mantinha arraigado nas instituições e imaginários. De acordo com as interpretações freyrianas, nas duas sociedades, a des-

peito dos esforços de grupos urbanos no sentido de implantar um regime orientado pelo republicanismo laico, prosseguia a força autoritária dos senhores da terra aliada às elites eclesiásticas respaldadas no poder atemporal do Senhor das almas. Dominações que contracenavam com a servidão dos(as) camponeses(as), lá; aqui, com a escravidão dos(as) africanos(as) e suas descendências.

Conectados ao imaginário do marxismo, Caio Prado Júnior (1970; 1972; 1999) e, posteriormente, o círculo consagrado como a Sociologia Paulista, liderada por Florestan Fernandes, tomaram distância do raciocínio culturalista orientado pela busca das propriedades que explicassem a “singularidade brasileira”. Adeptos de um esquema de pensamento focado nos aspectos histórico-estruturais, voltaram-se para o problema do enraizamento do modo de produção capitalista no contexto de uma sociedade inscrita no “pacto colonial” (2007), pela produção/exportação de *comodities* agrícolas e minerais. Se Prado Jr esteve ocupado da acomodação capitalista no intercuro colonial e da fase pós-colonial sob a regime do Império, tendo em comum a prioridade do sistema agrário-ruralista, a Sociologia uspiana visou a “estrutura vertical-competitiva” classista na atenção devotada à implantação da sociedade urbano-industrial no Bra-



sil, onde contracenariam desigualdades sociais abissais e violência pública e privada (Fernandes, 2008; 2006). Nessas duas prestigiadas versões de análise socioestrutural, a instância das classes sociais, sobretudo o conflito entre elas pela distribuição do produto coletivo, se insere na interpretação do Brasil para desvelar as bases da característica concentracionista do desenvolvimento socioeconômico do país. No mesmo diapasão, a civilização permanece uma norma e uma utopia, no caso que apenas a ação revolucionária tornaria vigente.

Paisagem emergente entre os anos 1990 para os 2000, do ponto de vista dos debates nas Ciências Sociais, o Brasil como objeto de reflexão e pesquisa orbitava entre tópicos como: o retorno da institucionalidade no país ao Estado democrático de direito; a proliferação de sujeitos políticos; a crise do projeto de desenvolvimento socioeconômico da nação; os dilemas a respeito dos horizontes utópicos e dos meios de operacionalização de estratégias pelas esquerdas ideológicas com o desmonte do socialismo de Estado na União Soviética; o problema gerado pelas narrativas da globalização/mundialização (local versus global) no andamento da generalização planetária da sociedade de mercado autorregulação. Pontos estes que, articulados, se impuseram uma pressão inflexi-

va das crenças sociais que informavam fundamentos valorativos que estavam até então naturalizados em muito na produção sociológica brasileira. Vale lembrar que, àquela altura, alguns sinais já apontavam ao fato de que, embora tenha abraçado o projeto de integração nacional nos moldes do desenvolvimentismo industrial, o que muito contribuiu para a acelerada urbanização do país, suas facções emergente de poder econômico e político estavam comprometidas com o horizonte do agronegócio, em um dueto com a complexa e diversificada estrutura urbana de serviços, em particular as frações bancário-financeiras.

Não nos parece gratuito que, nesse mesmo momento, a subárea do pensamento social brasileiro foi particularmente priorizada e, nas discussões detoadas em seus circuitos de interlocução, haja obtido destaque o que poderíamos chamar de retorno à obra de Gilberto Freyre. As duas contribuições aqui comentadas foram selecionadas devido a repercussão e acolhimento amplo que, ainda hoje, as tornam referências em diferentes discussões encerradas ou não nas fronteiras acadêmicas. No remanejamento da sua tese doutoral em livro, o antropólogo Ricardo Benzaquém de Araújo (1994) volta à questão racial no país, ao considerar a premissa neolamarckiana de raça que estaria na base do entendimento de Freyre



sobre a mestiçagem, sendo esta definida pela “capacidade de incorporar, transmitir e herdar as características adquiridas” (Araújo, 1994, p. 39). O que, para o autor, seria o suporte cognitivo ao exame das chamadas raças “artificiais”, quer dizer, historicamente formadas. Ele esteve atento à correlação entre sadismo e masoquismo, pois buscava analisar o que significa a noção de “equilíbrio de antagonismos” na interpretação de Freyre da escravidão no Brasil. Desse modo, o autor se volta à análise da “convivência tensa, mas equilibrada de opostos” que se equacionaria na “natureza sincrética do todo”. Sob a aposta de responder ao dilema identitário da nação referente a um país periférico no contexto do capitalismo, tal como posto por Roberto da Matta (1979), porém em contraposição a ênfase na singularidade brasileira, em diálogo com o pensamento habermasiano (2003) sobre o elo entre poder e sistema econômico (na orientação dos rumos pela centralidade ocupada pela razão instrumental) no contexto da modernidade, além de estar estribado nas investidas de Charles Taylor (1997) na questão da moralidade, Jessé Souza ensaia o seu projeto de “modernização seletiva” para cotejar a situação brasileira no cômputo das modernidades periféricas. Considerando as ideias freyrianas de “escravidão maometana” e “aburgue-

samento” do Brasil, para Souza (2003; 2000). Para ele, por estar fundada sobre um culturalismo sem o devido lastreamento histórico-sociológico, seria equivocada a explicação da desigualdade brasileira à luz tão somente de uma herança colonial ruralista-escravocrata. A seu ver, apenas com o advento do dueto Estado nacional e mercado capitalista se definiram os mecanismos socioestruturais nevrálgicos à “modernidade periférica” própria ao Brasil, desde meados do século XIX. Ainda que contrastem devido à tônica socioestrutural – Araújo, na reposição do padrão agrário-escravagista colonialista; Souza, na irrupção das coordenadas burgueses-produtivistas no solo pós-colonial – que depositam na formulação e encaminhamentos dos seus respectivos argumentos, ambos se esmeram em responder aos desafios postos pelas identidade e realidade do Brasil de uma modernidade ambientada no contexto contemporâneo sócio-histórico brasileiro (Ferreira e Rebein, 2020).

Um e outro autor recuperam, no esquema analítico eliasiano, o imperativo de equacionar a sintonia entre estrutura social e estrutura de personalidade, avançando no entendimento e explicações das possíveis relações entre regulação coletiva e autorregulação, no andamento dos modos de individualização e diferenciações sociais. A contramão, no entanto,

do que assevera Elias contra Parsons, no prefácio à edição francesa de *O Processo Civilizador*, os intérpretes brasileiros problematizam a permanência e a mudança social de acordo com uma concepção de desenvolvimento subordinada à visão de um estado, o estado-nação do Brasil. Desenvolvimento que tem na civilização um parâmetro para o avanço do arranjo técnico produtivo e do espírito subjacente à institucionalidade da sociedade-nação.

Ao longo destes 20 anos de existência, o CMD se firmou entre os nichos de recepção do pensamento eliasiano; recepção mediante a qual se tem feito usos diversos e, assim, divulgado seletivamente a contribuição do sociólogo alemão. É certo também que esta recepção não se fez dissociada do imaginário intelectual centrado no tema da sociedade-nação brasileira. Imaginário acessado diretamente durante a socialização universitária dos membros do grupo ou por meio da literatura e da filmografia, além da teledramaturgia e do tão amplo e variado repertório musical popular que grassa de norte a sul do país. Deu-se no cruzamento seletivo desses repertórios de saberes que, na dinâmica de pesquisa, estudos, reflexões e debates no grupo, o desenrolar dos itens pertinentes à pauta de sociologia da esfera cultura contemporânea. É preciso sublinhar que, à

contramão da tendência característica da linhagem intelectual, aqui apresentada de maneira resumidamente esquemática, em fazer da civilização uma matéria-prima normativa com a qual se ergue uma utopia de modernização/modernidade do Brasil, os esforços cognitivos envidados no CMD abraçaram o programa de Elias sobre o exame das sociedades em constante desenvolvimento, mediante à atenção ao ajuste dos processos de sociogênese e psicogênese em dinâmicas históricas de longa duração. Sem perder de vista a necessária postura crítica, o empenho não esteve (nem está) no exame das propriedades e condições sócio-históricas factuais para se diagnosticar o avanço civilizatório ou não do país, em termos da conquista da maior equitatividade na distribuição dos recursos e pacificação pública. A tematização do desenvolvimento civilizacional, para o grupo, envolveu o entrosamento dos gabaritos de autocontrole no perfil de um padrão emocional nas individualizações que contracena com os modos de aprendizagem e níveis de coordenação social em que se fazem mútuas estrutura urbano-industrial e de serviços e arquitetura normativa da sociedade de consumidores nos contornos tomados pela economia simbólica e suas repercussões no plano das políticas públicas no país (Farias, 2007, p. 127-151; 2010, p. 73-130;

21 Para referenciar alguns desses trabalhos, ver Alves (2011a), Araújo (2019); Brito (2016; 2012); Carvalho (2010), Couto (2023); Gusmão (2010); Moreira (2014), Marinho (2017; 2013; 2008); Nery (2019; 2016; 2015; 2010) e Rodrigues (2010).

22 Sob apanágio institucional do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UnB, mas à luz da proposição teórico-analítica dos a priori sociais, entre 2010 e 2014, a equipe do CMD desenvolveu o projeto “O Ícone e a Metrópole: o patrimônio arquitetônico modernista nas trajetórias dos usos do espaço urbano na trama metropolitana de Brasília (DF)”. O objeto de conhecimento da pesquisa foi delimitado na medida em que se elegeu o patrimônio arquitetônico-urbanístico modernista brasileiro à maneira de um marco signo-cognitivo e normativo com repercussões sobre os usos possíveis do espaço urbano no Distrito Federal. O problema teórico, então, passava a dizer respeito à relação entre formas do entendimento e tramas societárias no tocante à orientação de condutas. A proposta era

Alves, 2011; Alves e Couto, 2019, p. 328-359). Inscrita nesse cenário analítico, uma série de trabalhos se ocupou de um programa de pesquisa denominado de ressignificações de memórias (Farias, 2011a), tendo por alvo recomposições qualitativas de estoques coletivos de saberes/fazer no movimento de sua integração em diferentes mercados de bens simbólicos, deixando por rastros sensíveis remanejamentos no delineamento da esfera cultural<sup>21</sup>.

odores contracenavam com o quadro de poder simbólico europeu católico. Nota que a estada da corte portuguesa e também as fases constitutivas do Estado imperial no Brasil repuseram as disputas relacionadas aos efeitos dos cheiros, agora cada vez mais envolvidas com as práticas mágico-curativas e de médicos. Dessas disputas, a autora extrai elementos para descrever e interpretar a especialização dos odores na forma de perfume, posteriormente industrializada e com destacado papel no afeto dos segmentos populares brasileiros, em particular dos nordestinos.

Para organizar o pensamento sobre os exercícios de imaginação e cognição que se debruçam sobre as novas acomodações nos arranjos de produção, circulação e consumo de bens culturais, mas entretidos com o imaginário a respeito da nação, entendemos

se tratar o CMD de um contexto institucional transglóssico. Fazemos aqui um empréstimo à categoria de espaço “transglóssico” concebida por Renato Ortiz. Um dos marcos referenciais do CMD, o sociólogo denomina de “modernidade-mundo” um padrão caracterizado pela tendência centrípeta e pela desigualdade socioeconômica e do potencial de nomeação/classificação. A flexibilidade com que se adequa às circunstâncias se manifesta nas maneiras como as categorias de espaço e tempo estão requalificadas pelo *status* conferido à mobilidade. Quando propõe as noções de “transversalidade” e “atravessamento”, Ortiz observa que se ambas apontam para o espaço na modernidade-mundo sincronizado pelo modo de vida de uma sociedade de consumo global, tal espacialidade se definida por ser “transglóssica”. Constitui-se, para ele, no entrelaçamento de outras espacialidades decorrentes de histórias diversas (Ortiz, 1999, p. 66-67). A categoria de transversalidade, portanto, procura taquigrafar específica territorialidade resultante da superposição de “feixes independentes”, mas que são igualmente interdependentes (Ortiz, 1999, p. 65). O espaço transversal é a figuração de múltiplos fatores e forças interconectados; componentes de um arranjo societal com características assimétricas e geradoras de tensões e conflitos,

inferir até que ponto se daria a normatização dos usos do contexto urbano a partir da centralidade ocupada pela figura do Plano Piloto de Brasília. Centralidade geopolítica, cognitiva e moral, a ponto de ocupar a posição de um a priori com amplo alcance na orientação socioespacial no contexto metropolitano brasiliense. A partir da pesquisa, monografias de graduação e dissertações de mestrado foram elaboradas e defendidas; trabalhos que subsidiaram o livro *Retas que se prologam em curvas: tensões nos usos do contexto metropolitano brasiliense* (Farias, 2015), reunindo os resultados da execução do projeto, distribuídos nos oito capítulos assinados respectivamente por cada um dos membros da equipe. Entre 2017 e 2019, foi desenvolvido o segundo momento desta pesquisa pela equipe então coordenada por Bruno Gontyjo do Couto, com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF). Os resultados da pesquisa foram compiladas no livro *Memórias e identidades da metrópole: cartografando espaços significantes no Distrito Federal* (Farias e Couto, 2019). Parte dos objetivos

ao estarem respaldados nos traços contraditórios internos às interdependências sócio-humanas.

Na medida em que entendemos o espaço institucional do CMD como transglóssico, porque nele se tensionam linhas de força cognitivas e institucionais que resultam, como consequências não programadas, tanto da tematização do processo de universalização da cultura e de consolidação da esfera cultural, como uma forma social de alcance mundial, quanto do imaginário relativo à questão da sociedade-nação, a centralidade dos processos mnemônicos compreende bem mais do que um objeto de conhecimento e um eixo de problematização. Afinal, os fundos coletivos de conhecimentos, intergeracionalmente transmitidos e atualizados no compasso da incorporação/aprendizados de (pelos) saberes que habilitam os corpos aos usos de si<sup>21</sup>, igualmente, dizem respeito à condição dúbia dos corpos de pesquisadores/as do grupo, ao terem que objetivar desenvolvimentos dos quais eles/as mesmos/as são partes. Bem ilustrativo a respeito é a pesquisa desenvolvida por Milene Silveira Gusmão (2008) sobre as retomadas geracionais da cultura cineclubista no Estado da Bahia. Retomadas que contam, inclusive, com a sua participação no momento em que integra o já citado programa de extensão universitária *Janela Indiscreta* e

como professora do curso de cinema e audiovisual da mesma UESB, na cidade de Vitória da Conquista. Os feixes de temporalidades são, portanto, componentes das respectivas texturas biopsíquicas dos/as pesquisadores/as, em última instância elas/as são corpos memórias. A operacionalização reflexiva pessoal e institucional é adotada como recurso de vigilância epistemológica (Bourdieu, Chamboredon e Passeron, 1999). Quer dizer que a objetivação da condição do pesquisador compreende parte indissociável da problematização por dentro da qual se dá a construção do objeto de conhecimento. A premissa epistemológica é estarem envolvidos nas suas estimas os termos do problema em foco, considerando ambos como componentes de interdependências sociofuncionais postos em dinâmicas históricas de longa duração, plasmadas na pauta sobre produção, circulação e usos dos bens culturais (Farias, 2019, p. 97-130; 2016, p. 583-614).

Nesse sentido, um ponto ainda decisivo na construção do leque de problematizações na agenda de pesquisa do CMD ocorre no compasso da ampliação do entendimento da sociologia da literatura, em particular quando a inserção do tema dos impressos no delineamento de um objeto de conhecimento interrompe a tendência de mantê-lo restrito aos textos

da pesquisa confeccionou-se numa série de webdocumentários com a mesma denominação do projeto; série premiada pela Comissão de Imagem e Som da ANPOCS, em 2019 – ver [https://www.youtube.com/results?search\\_query=M+em%C3%B3rias+e+identidades+da+metr%C3%B3pole%3A+cartografando+espa%C3%A7os+significantes+no+Distrito+Federal](https://www.youtube.com/results?search_query=M+em%C3%B3rias+e+identidades+da+metr%C3%B3pole%3A+cartografando+espa%C3%A7os+significantes+no+Distrito+Federal).

23 São bem ilustrativos a respeito os trabalhos de Moreira (2013), Alves (2012) e Amaral (2020), que tratam, respectivamente, das trajetórias artísticas da cantora Teresa Cristina, do gênero musical baião e dos cantores Roberto Carlos e Jorge Ben. Também muito interessante é a pesquisa de Britto (2011) sobre a economia simbólica dos respectivos arquivos das escritoras Cora Coralina, Hilda Hilst, Ana Cristina César. Ainda, vale o registro sobre o dossiê organizado por Moreira e Britto sobre autorias femininas (2014). E as pesquisas de Mariana Barreto (2012; 2017; 2018) a respeito do cantor João do Valle em meio aos condicionantes da presença da cultura popular brasileira no contexto da mundialização da cultura.

e a seus(as) autores(as). Nessa perspectiva, o trajeto de escritos de Andréa Borges Leão se impõe como parâmetro. Escudada na maneira como Roger Chartier (1990) – já respaldado em Elias e Bourdieu – e Charles Mollier (2016) têm redefinido a história cultural do texto, pela ênfase nos percursos de leitores e leitoras, a autora atém-se ao livro como uma figuração de interdependências portando os condicionantes, mas igualmente, as intervenções criativas. Desse modo, à triangulação leitor-autor-formas de escrituras é introduzida e permite a abertura para aceder à pesquisa e ao estudo de processos culturais que contenham não apenas os trânsitos intercontinentais, mas, sobretudo, que indiquem como esses tráfegos se coagulam em novas sensibilidades, novos formatos expressivos e, certamente, em outros dispositivos que tanto restringem quanto positivam a simbolização humana (Leão, 2012; 2012a, p. 494-517).

No tratamento dispensado aos diferentes objetos de conhecimento prevalecem, no âmbito do CMD, os acompanhamentos de trajetos sociobiográficos de pessoas e/ou instituições<sup>23</sup>. Estas, de um modo geral, são situadas em temas/problematizações que foram perfiladas na esteira de consolidação do grupo. Em especial, como vimos, destacam-se itens relacionados à reposição e ou à resignificação de quadros e

domínios de memória. No elenco dos itens que condicionam esses remanejamentos mnemônicos, avultam-se: a autorregulação em uma sociedade em que a diferenciação social se dá numa forte tendência de informalização jurídica e dos modos de exposição pública das emoções; integração social em um arranjo em que se combinam centralização estatal e regionalização, no diapasão em que verticalização e horizontalização definem a dinâmica do mercado capitalista (Carvalho, 2019. p. 103-124; Rodrigues, 2019, p. 143-175). Ou, ainda, como as duas características anteriores se definem na constituição de estruturas psíquicas e modos de simbolização e comunicação, os quais se articulam à importância que o cromatismo do corpo, o lúdico e a singularidade definem uma esfera de visibilidade/invisibilidade com vínculo tenaz com a ecologia sociotécnica das mídias e do quadro de valores da sociedade de consumidores, com ênfase no hedonismo articulado à lógica mercantil dos usos (Gusmão e Silva, 2019, p. 197-2015; Lages, 2016, p. 34-52; Marinho e Totaro, 2019, p.243-261)<sup>24</sup>.



24 A pesquisa de Saulo Nepomuceno Furtado de Araújo (2018) sobre os mercados do pop periférico no Brasil contemporâneo traça um quadro dessa articulação em que se fazem ao mesmo tempo recíprocos e assimétricos entre si desigualdade social, culturas de periferia, lutas morais por reconhecimento de identidades estigmatizadas, commodificação de bens simbólicos e aplicação de estratégias de conquista e consolidação por parte de empresas de comunicação.

## Referências

ABREU, Capristano. **Capítulos da história colonial (1500-1800)**. Brasília (DF) : Senado Federal, 1998.

ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento: A geração 1870 na crise do Brasil-Império**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2005.

ALVES, Elder P. Maia. Diversidade cultural, território e tradição: a nova agenda do desenvolvimento local no Brasil. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 7, n. 1, p. 91-91, 2017.

ALVES, Elder P. Maia. Cultura, mercado e desenvolvimento: a construção da agenda contemporânea para as políticas culturais. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 50, n. 3, p. 184-193, 2014.

ALVES, Elder P. Maia. **Sociologia de um gênero: baião**. Maceió: UFAL, 2012.

ALVES, Elder Patrick Maia (Ed.). **Políticas culturais para as culturas populares no Brasil contemporâneo**. EdUFAL, 2011.

ALVES, Elder P. Maia. **A economia simbólica da cultura popular sertanejo-nordestina**. Maceió: UFAL, 2011.

ALVES, Elder Patrick Maia. Diversidade cultural, patrimônio cultural material e cultura popular: a Unesco e a construção de um universalismo global. **Sociedade e Estado**, v. 25, p. 539-560, 2010.

ALVES, Elder Patrick Maia e COUTO, Bruno Gontyjo do. “Economia criativa” como categoria nativa: a atua-



ção dos economistas e as condições de legitimação de um novo recurso de poder. **Política & Sociedade**, v. 18, n. 41, p. 328-359, 2019.

AMARAL, Marcos Henrique S. A **simplicidade de um rei: trânsitos de Roberto Carlos em meio à cultura popular de massa**. Jundiaí: Paco e Littera, 2021.

AMARAL, Marcos Henrique da Silva. **Jorge Ben, tradutor do Brasil**. Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília (DF): 2020.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquém de. **Guerra e paz: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

ARAÚJO, Saulo Nepomuceno de. Reconfigurando memórias e fluxos simbólicos na música pop brasileira: trânsitos contemporâneos entre os metagêneros forró e sertanejo In: FARIAS, Edson e NERY, Salette (orgs.): **Durações e redes de fluxos no cenário cultural contemporâneo: mercados, memória e consumo**. Jundiaí: Paco, 2019.

ARAUJO, Saulo Nepomuceno Furtado de. **Não sou boy, só não sou otário: negócios, diversão e prestígio nos mercados pop periféricos**. Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade de Brasília. Brasília: 2018.

BARRETO, Mariana. Por uma sociologia do artista popular. **Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política**, v. 17, n. 39, 2018.

BARRETO, Mariana; NETTO, Michel Nicolau; RIVRON, Vassili. As culturas populares na mundialização: desarrumando esquemas habituais de interpretação. **Repocs**, v.14, n.28, jul/dez. 2017.



BARRETO, Mariana. A trajetória de João do Vale e os lugares de sua produção musical no mercado fonográfico brasileiro. **ArtCultura**, v. 14, n. 24, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **Hermeneutica e ciência social: abordagens da compreensão**. São Paulo: Unesp, 2022.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro : JZE, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e holocausto**. Rio de Janeiro : JZE, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zuk, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. As condições sociais da circulação internacional das idéias. **Enforques – Revista Eletrônica**. Rio de Janeiro, v.1 n. 01, p. IV– 117, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma teoria da prática**. Oeiras: Celta, 2002

BOURDIEU, Pierre ; CHAMBOREDON, Jean-Claude & PASSERON, Jean-Claude. **A profissão do sociólogo: preliminares epistemológicas**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.

BRITTO, Clóvis Carvalho. Acervo pessoal e consumo do simbólico: estratégias de produção da crença em Hilda Hilst. **Museologia e Patrimônio**, v. 9, n. 1, 2016.



BRITTO, Clóvis Carvalho. Ana Cristina César: a estética do fragmento ou “forma cifrada de falar da paixão”. **Revista Cerrados**, v. 21, n. 33, 2012.

BRITTO, Clóvis Carvalho. Economia simbólica dos acervos literários: itinerários de Cora Coralina, Hilda Hilst e Ana Cristina César. Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília (DF): 2011.

BRITTO, Clóvis e MOREIRA, Núbia R. Apresentação do “Dossiê mulheres e expressões Artísticas”. **Arquivos do CMD**, Volume 2, N. 2. Jul/Dez 2014.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Cidadão e consumidores: Conflitos culturais da globalização**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

CARVALHO, Moacir. Inquisição profana em terras de feiticeiros: a influência dos mecanismos repressores laicos na reconfiguração dos mercados espirituais periféricos do século XX In: FARIAS, Edson e NERY, Salette (orgs.): **Durações e redes de fluxos no cenário cultural contemporâneo: mercados, memória e consumo**. Jundiaí: Paco, 2019.

CARVALHO, Moacir. Brincando com fogo: as transformações da guerra de espadas em Cruz das Almas In: Edson Farias (org.): **Práticas culturais nos fluxos e redes da sociedade de consumidores**. Brasília (DF): Verbis – UnB, 2010.

CHARTIER, Roger. Despeje um uso gratuito e respeitoso de Norbert Elias. **Vingtième Siècle** , n. 2, pág. 37-52, 2010.

CHARTIER, Roger et al. **A História cultural. Entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

COLLINS, Randall. **Macrohistory: essays in long-term sociology**. Stanford University Press, 1999.



CASTRO-GOMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da invenção do “outro”. IN: LANDER, Edgardo (org.): **Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-Americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

CLASTRE, Pierre. **A Sociedade contra o estado**. São Paulo: Ubu, 2017.

COSTA, Sergio. **Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo e cosmopolitismo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

COUTO, Bruno Gontyjo do. Cidades criativas e a agenda internacional das políticas turístico-culturais de renovação urbana. **Cadernos Metrópole**, v. 25, p. 397-418, 2023.

CUNHA, Euclides. **Os sertões**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

DEJAN, Joan. **Antigos contra modernos. As guerras culturais e a construção de um fin de siècle**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

DENNING, Michael. **A cultura na era dos três mundos**. São Paulo: Francis, 2006.

ELIAS, Norbert. Escritos sobre a gênese da profissão naval In: **Escritos e Ensaios: Estado, processo e opinião pública**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

ELIAS, Norbert. **Teoria simbólica**. Oeiras: Ceuta, 2002.

ELIAS, Norbert. **O que é sociologia**. Lisboa: Edições-70, 1999.



ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ELIAS, Norbert. **Envolvimento e alienação**. RJ: Bertrand Brasil, 1998.

ELIAS, Norbert. Towards a theory of social processes: a translation. London, **British Journal of Sociology**, vol. 48 n.03, 1997.

ELIAS, Norbert. **Os alemães**. RJ: Jorge Zahar Editor, 1997a.

ELIAS, Norbert. **Conocimiento y poder**. Madrid: La Piqueta, 1994a.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador (parte dois)**. RJ: Jorge Zahar Editor, 1993, 2 volumes.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador (parte um)**. RJ: Jorge Zahar Editor, 1991, 2 volumes.

ELIAS, Norbert. On human beings and their emotions: a process-sociological essay. **Theory, Culture & Society**, n.04, 1987.

ELIAS, Norbert. Sociology of Knowledge: new perspective. **Belmont, Sociology**, n. 05,p. 14-168, 1971.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação do patronato brasileiro**, Vol. 1. São Paulo: Globo, 1998, 2 vols.

FARIAS, Edson. A volta do exilado à casa da mãe: a memória e conhecimento nos fluxos/deslocamentos nos enquadramentos do pertencer. **Arquivos do CMD**, v. 9 n. 2, pp. , 2021.



FARIAS, Edson. Implicações na classificação/definição de um bem cultural: a perspectiva de um viajante In: Edson Farias; Dmitri Fernandes, e Bruno Gontyjo do Couto (orgs.): **Arte/cultura nas ciências sociais**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2019.

FARIAS, Edson; LINS, Artur André. Diversidade, agendas de cultura e desenvolvimento e mediações no campo de poder global. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 7, n. 1, p. 63-63, 2017.

FARIAS, Edson. Sociologia e a esfera cultural contemporânea1. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 53, n. 1, p. 3-14, 2017a.

FARIAS, Edson. O protocolo de pesquisa da circulação na sociologia da cultura, no Brasil. *Sociedade e Estado*, 2016, vol. 31, no 3, p. 583-614.

FARIAS, Edson (org.). **Retas que se prologam em curvas: tensões nos usos do contexto metropolitano brasileiro**. Jundiaí: Paco, 2015.

FARIAS, Edson. Cultura e desenvolvimento: figuras histórico-cognitivas de uma dinâmica geopolítica. **Latitude**, v. 6, n. 2, 2012.

FARIAS, Edson. **Ócio e negócio: festas populares e entretenimento-turismo no Brasil**. Curitiba: Appris, 2011.

FARIAS, Edson. Alguns apontamentos sobre o dueto memória e modernidade In: ALVES, Elder Patrick Maia (org.): **Políticas culturais para as culturas populares no Brasil contemporâneo**. Maceió: EdUFAL, 2011a.



FARIAS, Edson. Reflexões acerca do consumo a partir de notas de pesquisa sobre o comércio informal-popular de bens digitais no Distrito Federal In: Edson Farias (org.): **Práticas culturais nos fluxos e redes da sociedade de consumidores**. Brasília (DF): Verbis – UnB, 2010.

FARIAS, Edson. Memória, saber incorporado e linguagem no esquema de Norbert Elias. **Estudos de Sociologia**, v. 1, n. 15, p. 167-215, 2009.

FARIAS, Edson. A cultura popular na fisionomia da economia simbólica no Brasil. Teoria & Pesquisa: **Revista de Ciência Política**, v. 16, n. 1, 2007.

FARIAS, Edson; LINS, Artur André. Diversidade, agendas de cultura e desenvolvimento e mediações no campo de poder global. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 7, n. 1, p. 63-63, 2017.

FARIAS, Edson e COUTO, Bruno Gontyjo (orgs.). Memórias e identidades da metrópole: cartografando espaços de significações no Distrito Federal. Brasília: Editorial SOL – Jundiaí: Paco, 2019.

FARIAS, Edson; COUTO, Bruno Gontyjo do; RODRIGUES, Tiago. A Sociologia da Cultura no Brasil em artigos (2008–2018). **BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 92, p. 1-36, 2020.

FARIAS, Edson; FERNANDES, Dmitri e COUTO, Bruno Gontyjo do. Introdução In: Edson Farias; Dmitri Fernandes, e Bruno Gontyjo do Couto (orgs.): **Arte/cultura nas ciências sociais**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2019.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro à sociedade de classes: ensaio de interpretação**



**sociológica**. São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Globo, 2006.

FERREIRA, Emerson and REHBEIN, Boike. **Social inequality, sociocultures, and social ontology in Brazil. Social Ontology, Sociocultures, and Inequality in the Global South** (Edited): Benjamin Baumann and Daniel Bultmann. London and New York: Routledge, 2020.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

FURTADO, Celso, **A economia latino-americana: (formação histórica e problemas contemporâneos)**. São Paulo, Cia das Letras, 2007.

GREGG, Melissa e SEIGWORTH, Gregory (editors). **The affect theory reader**. Durham: Duke University Press, 2010.

GUSMÃO, Milene Silveira. O desenvolvimento do cinema: algumas considerações sobre o papel dos cineclubes para formação cultural. **Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, v. 4, 2008.

GUSMÃO, Milene Silveira; SILVA, Elaine de Souza. Cabelo crespo, memória e mercado: videoblogueiras e práticas de consumo na construção identitária In: FARIAS, Edson e NERY, Salete (orgs.): **Durações e redes de fluxos no cenário cultural contemporâneo: mercados, memória e consumo**. Jundiaí: Paco, 2019.

GUSMÃO, Milene Silveira; SANTOS, Raquel Costa. O gosto pelo cinema e o encontro de duas histórias. **Re-**



**vista Contemporânea de Educação**, v. 5, n. 10, 2010.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HEILBRON, J., & WILTERDINK, N. Studying long-term processes in human history. *Historical Social Research*, 48(1), 2023, 7-34

HESMONDHALGH, D; PRATT, A. Cultural industries and cultural policy. **International Journal of Cultural Policy** .v 11, n 1, March 2005.

HEINICH, Nathalie. **Dans la pensée de Norbert Elias**. Paris: CNRS, 2015.

HERDER, Johann Gottfried. **Ensaio sobre a origem da linguagem**. Lisboa: Antígona, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

KUPER, Adam. **Antropologia y antropólogos: la escuela británica (1922-1972)**. Barcelona: Anagrama, 1973.

LAGES, Mauricio Piatti. O lugar do gosto na cadeia de valor do café: um olhar a partir das cafeterias de Brasília e São Paulo. **Arquivos do CMD**, v. 4, n. 2, p. 34-52, 2016.

LEÃO, Andréa Borges. **Brasil em imaginação: livros, impressos e leituras infantis**. Fortaleza: INESP-UFC, 2012.



LEÃO, Andréa Borges. Vamos ao Brasil com Jules Verne?: processos editoriais e civilização nas Voyages Extraordinaires. **Sociedade e Estado**, v. 27, n. 3, 2012a, pp. 494-517.

LEVY-STRAUSS, Claude. A análise estrutural em lingüística e antropologia In: **Antropologia estrutural**. RJ: Tempo Brasileiro, 2003.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Estruturas elementares do parentesco**. RJ: Tempo Brasileiro, 1995.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O Pensamento selvagem**. SP: Cia Nacional, 1976.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. RJ: Tempo Brasileiro, 1975.

MAIA, João Marcelo Ehlert. A Rússia americana. **Sociedade e Estado**, v. 20, p. 427-450, 2005.

MAIO, Marcos Chor. O Projeto Unesco e agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50”. **RBCS**, n.41 outubro, 1999.

MALINOWSKI, Bronislaw. Os Argonautas do Pacífico. SP: **Abril Cultural**, 1976 (Os Pensadores).

MALINOWSKI, Bronislaw. **Uma teoria científica da cultura**. RJ: Zahar Editores, 1962.

MANN, Michael. **The sources of social power. Volume I: A history of power from the Beginning to AD 1760**. New York: Cambridge University Press, 1986.

MARCUSE, Hebert. **Ero e civilização: uma interpretação filosófica do Pensamento de Freud**. Rio



de Janeiro, 1981.

MARINHO, Thais Alves. Territorialidade e Cultura entre os Kalunga: para além do culturalismo. **Caderno CRH**, v. 30, p. 353-370, 2017.

MARINHO, Thais Alves. A economia criativa e o campo étnico-quilombola: o caso Kalunga. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 49, n. 3, p. 237-252, 2013.

MARINHO, Thais Alves. Cultura e economia: a busca de uma teoria do consumo. **Sociedade e Estado**, v. 23, p. 761-766, 2008.

MARINHO, Thais e TOTARO, Paulo. Consumo e subjetividade no mundo contemporâneo: dos círculos viciosos ao neotribalismo In: FARIAS, Edson e NERY, Salette (orgs.): **Durações e redes de fluxos no cenário cultural contemporâneo: mercados, memória e consumo**. Jundiaí: Paco, 2019.

MATTA, Roberto da. **Carnavais, malandros e heróis: o dilema do espaço público brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. IN: LANDER, Edgardo (org.): Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas Latino-Americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

MOLLIER, Jean-Yves. História cultural e história literária. **Sociedade e Estado**, número 03, Setembro/Dezembro p. 615-630, 2016.

MONTAIGNE, Michel. Ensaio In: **Montaigne**, Vol. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1987 (Pensadores).



MOREIRA, Núbia Regina. Samba de Autoria Feminina. **Arquivos do CMD**, v. 2, n. 2, 2014.

MOREIRA, Núbia Regina. **A presença das compositoras no samba carioca: um estudo da Trajetória de Teresa Cristina**. Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília (DF): 2013.

MOURA, Milton. **Carnaval e baianidade: arestas e curvas na coreografia de identidades do carnaval de Salvador**. Tese de Doutorado em Comunicação Social. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2001.

NERY, Salete. O gosto e o cheiro: práticas de consumo e diferenças regionais no Brasil. **Estudos de Sociologia**, v. 24, n. 46, 2019.

NERY, Salete. Interdependências e interpenetrações civilizatórias: os aromas e sua magia. **Sociedade e Estado**, v. 31, p. 693-716, 2016.

NERY, Salete. O Perfume e o perfumista: um “olhar” sobre os aromas para uso pessoal no século XVIII a partir da história de um assassino. Alceu: **Revista de Comunicação, Cultura e Política**, v. 15, n. 30, 2015.

NERY, Salete. Memória, processos sociais e símbolos: uma interpretação a partir da configuração-moda no Brasil In: Edson Farias (org.): **Práticas Culturais nos Fluxos e Redes da Sociedade de Consumidores**. Brasília (DF): Verbis – UnB, 2010.

NERY, Salete. Pontes: proximidades e distanciamentos entre as propostas de sociologia de Georg Simmel, Pierre Bourdieu e Norbert Elias. Teoria & Pesquisa: **Revista de Ciência Política**, v. 16, n. 2, 2007.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.



NABUCO, Joaquim. O abolicionista. Rio de Janeiro: Nova Fronteira – São Paulo: **PubliFolha**, 2000 (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro)

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As ciências sociais no Rio de Janeiro In: Sérgio Miceli (org.): **História das Ciências Sociais no Brasil (Vol. 2)**. São Paulo: Sumaré: FAPESP, 1995.

ORTIZ, Renato. A problemática cultural no mundo contemporâneo. **Política & Sociedade**, v. 16, n. 35, p. 17, 2017.

ORTIZ, Renato. **Um outro território**. São Paulo: Olho d'Água, 1999.

ORTIZ, Renato. **Românticos e folcloristas**. São Paulo: Olho d'Água, 1992.

PARSONS, Talcott. **Sociedades: perspectivas evolutivas e comparativas**. São Paulo: Pioneira, 1969.

PEIRANO, Mariza GS. A antropologia como ciência social no Brasil. Etnográfica. **Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, v. 4, n. 2), p. 219-232, 2000.

PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. Contemporânea – **Revista de Sociologia da UFSCar**. São Carlos, v. 2, n. 2, jul/dez 2012, pp. 395-418.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PRADO JR., Caio. **Evolução política do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1972.



PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

PUFENDORF, Samuel. **Os deveres do homem e do cidadão de acordo com as leis do direito natural**. Rio de Janeiro: TopBooks, 2014.

RISÉRIO, Antonio. A via Vico. **Revista USP**, n. 23, p. 34-47, 1994.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.): **Epistemologias do sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald. **Estrutura e função na sociedade primitiva**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1973.

RODRIGUES, Fernando. Os afoxés e o curso do desenvolvimento da linguagem do divertimento em Salvador, Bahia In: Edson Farias (org.): **Práticas culturais nos fluxos e redes da sociedade de consumidores**. Brasília (DF): Verbis – UnB, 2010.

RODRIGUES, Tiago Mendes. História social do modess (1954-1971): ascensão da sociedade de consumidores no Rio de Janeiro In: FARIAS, Edson e NERY, Salete (orgs.): **Durações e redes de fluxos no cenário cultural contemporâneo: mercados, memória e consumo**. Jundiaí: Paco, 2019.

ROBERTSON, Roland. **Globalization: social theory and global culture**. London: Sage, 1992.

ROUSSEAU, Jean-Jaques. **Do contrato Social In: Rousseau**. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Pensadores)



SOUZA, Jessé. **A construção social da sub-cidadania: para uma sociologia política da modernização periférica**. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2003.

SOUZA, Jessé. **A Modernização Seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro**. Brasília, Editora da UnB, 2000.

TAYLOR, CHARLES. **As fontes do self**. São Paulo: Loyola, 1997.

VELHO, Octávio. A pictografia da tristeza: uma antropologia da construção da nação nos trópicos e seus resultados In: Gustavo Lins Ribeiro e Arturo Escobar (orgs.): **Antropologias mundiais: transformações da disciplina em sistemas de poder**. Brasília (DF): UnB, 2012.

VIANA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Brasília (DF): Senado Federal, 2005.

VICO, Gianbatista. **Ciência nova**. São Paulo: Ícone, 2017.

VIEIRA, Mariella P.; BARBOSA, Frederico. Linguagem da paixão: intelectuais e políticas culturais no Brasil. **Repocs**, v.15, n.31, jan./jul. 2019.

VIEIRA, Mariella Pitombo. A diferença como bem universal: a noção de diversidade cultural no discurso da UNESCO In: ALVES, Elder Maia (org.): **Políticas culturais para as culturas populares no Brasil contemporâneo**. Alagoas: Edufal, 2011.

VIEIRA, Mariella Pitombo. **Reinventando sentidos para a cultura: uma leitura do papel normativo da Unesco através da análise da convenção para a promoção e a proteção para a diversida-**



**de das expressões culturais.** Tese de Doutorado em Ciências Sociais, UFBA, 2009.

VIEIRA, Mariella Pitombo. **Enlaces entre cultura e turismo: uma abordagem sobre concepções e modos de intervenção do Estado na área da cultura (Bahia-1995-2002).** Interações (Campo Grande), 2006.

VIEIRA, Mariella Pitombo. Política cultural na Bahia: uma abordagem sobre concepções e modos de intervenção do Estado no campo da cultura (1995-2002). **Revista Interações–Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 7, n. 12, p. 111, 2006.

WALLERSTEIN, Immanuel. O Fim do mundo como o concebemos. **Ciência social para o Século XXI.** RJ: Revan, 2002.

WEVERS, Lydia Joyce. Globalizing indigenes: postcolonial fiction from Australia, New Zealand and the Pacific. **Journal of the Association for the Study of Australian Literature**, v. 5, 2006.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade.** São Paulo: Cia Nacional do Livro, 1969.

WOLF, Eric R. **A Europa e os povos sem história.** São Paulo: Edusp, 2005.

**Recebido:**

08 de fevereiro de 2023

**Aprovado:**

01 de março de 2023

